

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO “CARLOS ALBERTO REYS
MALDONADO”**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

JOSÉ GABRIEL MARTINS PEREIRA

ESTATUÁRIA URBANA, ESPAÇOS DE ENUNCIÇÃO E SENTIDOS

**Cáceres - MT
2023**

JOSÉ GABRIEL MARTINS PEREIRA

ESTATUÁRIA URBANA, ESPAÇOS DE ENUNCIÇÃO E SENTIDOS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação do Professor Dr. Taisir Mahmudo Karim.

**Cáceres - MT
2023**

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

P436e PEREIRA, José Gabriel Martins.
Estatuária Urbana, Espaços de Enunciação e Sentidos / José Gabriel Martins Pereira - Cáceres, 2023.
64 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu
(Mestrado Acadêmico) Linguística, Faculdade de Educação e
Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de
Mato Grosso, 2023.

Orientador: Taisir Mahmudo Karim

Coorientador: Lucas Augusto Souza Pinto Alvares

1. Semântica do Acontecimento. 2. Estatuária Urbana. 3.
Articulação. 4. Argumentação. 5. Sentidos. I. José Gabriel
Martins Pereira. II. Estatuária Urbana, Espaços de Enunciação e
Sentidos: .

CDU 81'37

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Regional de Cáceres

JOSÉ GABRIEL MARTINS PEREIRA

ESTATUÁRIA URBANA, ESPAÇOS DE ENUNCIÇÃO E SENTIDOS

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim, UNEMAT – Orientador
PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Lucas Augusto Souza Pinto Alvares – UNEMAT

Prof. Dr. Luis Francisco Dias – UFMG

APROVADA EM: 24/02/2023

Dedico este trabalho a Deus;
À minha querida amiga, meu amor e companheira de caminhada Francineli Lara;
Aos meus maiores presentes, meus filhos: Bruno, Cauã e Maria Helena;
Aos meus amigos e pais do meu filho Bruno: Patrícia e Pepe;
A toda a minha família Portuguesa: mães Helena e Madalena, pai Fernando, irmãos
Nini e Nuno;
A todos os demais familiares;
Aos amigos e amigas que ganhei ao longo da vida;

In memoriam:
Armando da Cunha
Sebastião Mendes

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus** por me fazer ser quem e como sou.

Agradeço à minha amiga, companheira e esposa, **Francineli Lara**, por toda a dedicação e apoio.

Agradeço imensamente ao meu orientador, **Dr. Taisir Mahmudo Karim**, por ter me guiado pelo caminho da semântica.

Agradeço à UNEMAT (Academia e ao PPGL) por ter me acolhido.

Agradeço a todos **os meus professores** do Curso de Graduação em Letras, Português/Inglês e suas Literaturas da UNEMAT, Câmpus Jane Vanini.

Agradeço a todos **os meus professores** do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da UNEMAT.

Agradeço a todos **os professores externos** que, gentilmente, compartilharam o conhecimento comigo.

Agradeço aos professores: **Dr. Taisir Karim**, **Dr. Luis F. Dias** e **Dr. Lucas Alvares** por terem aceitado este desafio, pelo incentivo e pelas contribuições que me valeram para a concretização deste trabalho.

Agradeço ao **Dr. Eduardo Guimarães** pela atenção disponibilizada nas nossas conversas.

Agradeço à família **Macedo Karim** pelas inúmeras vezes que a importunei.

Agradeço a todos meus **colegas e amigos** que fiz no decorrer do meu percurso.

Agradeço à **FAPEMAT**, à **PROEC** e à **CAPES** por me permitirem ser bolsista em toda minha caminhada e me dedicar por inteiro aos estudos.

Agradeço imensamente ao grupo de estudos enunciativos **Significar** por ter sido o operário do saber, determinante para o presente acontecimento e possibilitador da futuridade.

"Qualquer objecto artístico, segundo as teorias modernas - e estou a lembrar-me de Saussure - tem estes três aspectos: o referente, o significante e o significado. No meu tempo, o referente chamava-se o tema, agora chama-se referente; o significante é a própria obra de arte; e o significado é o que ela pretende dizer ao público [...]". Lagoa Henriques (2004)

RESUMO

Este trabalho vinculado à Área de Concentração de Estudo de Processos Linguísticos, Linha de Pesquisa Estudos dos Processos de Significação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) pretende identificar os sentidos de três obras de arte constituintes da estatuária urbana do espaço de enunciação da Língua Portuguesa de Portugal e da Língua Portuguesa do Brasil. Tomamos como *corpus* duas obras (considerando o imagético e os enunciados) edificadas em Portugal, nas cidades do Porto e Viana do Castelo, e uma edificada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Desta forma, e no lugar de semanticistas, buscamos compreender a linguagem como uma relação de sentidos, que incluem a materialidade da língua, da história e do sujeito que enuncia. Para esta pesquisa filiamos-nos à égide da Semântica do Acontecimento de Guimarães (2002, 2011, 2018) que nos diz que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se na observação da enunciação, o acontecimento do dizer. Portanto, as análises foram realizadas sob a perspectiva enunciativa em que a enunciação é tomada como o lugar que produz significação. Consideramos, de igual forma, relevante e necessário para este texto, os trabalhos teórico-metodológicos desenvolvidos por Dias (2010, 2011, 2013, 2018) e Karim (2012, 2013).

Palavras-chave: Semântica do Acontecimento; Estatuária Urbana; Articulação; Argumentação; Sentidos.

ABSTRACT

This research in line with the Area of Study of Linguistic Processes, Research Line of Studies of the Processes of Signification of the *Stricto Sensu* Postgraduate Programme in Linguistics of the State University of Mato Grosso (UNEMAT), intends to identify the meanings of three artistic works that constitute the urban statuary of the space of enunciation of the Portuguese language of Portugal and the Brazilian Portuguese language. As corpus we will consider two works (considering the non-verbal and the utterances) which were built in Portugal, in the cities of Porto and Viana do Castelo, and the last which was built in Brazil, in the city of Rio de Janeiro. Thus, in the position of semanticists, we will try to understand language as a relation of meanings, which include the materiality of the language, the history and the subject that enunciates. For this research, we opted for the Semântica do Acontecimento “Semantics of Event” of Guimarães (2002, 2011, 2018), which states that the analysis of the meaning of language should be located in the observation of the enunciation, the event of speech. Therefore, the analyses were conducted under the enunciative perspective in which the enunciation is taken as the place that produces signification. We also consider that relevant and necessary for this research, the theoretical and methodological studies developed by Dias (2010, 2011, 2013, 2018) and Karim (2012, 2013).

Keywords: Semântica do Acontecimento “Semantics of Event”; Urban Statuary; Articulation; Argumentation; Meanings.

RÉSUMÉ

Cette étude est liée au Domaine de Concentration de l'Étude des Processus Linguistiques, Ligne de Recherche Études des Processus de Signification du Programme d'Études Supérieures *Stricto Sensu* en Linguistique de l'Université d'État du Mato Grosso (UNEMAT), vise à identifier les significations de trois œuvres artistiques qui constituent la statuaire urbaine de l'espace d'énonciation de la langue portugaise du Portugal et de la langue portugaise du Brésil. Nous prenons comme corpus deux œuvres (en considérant le non-verbal et les énoncés) construites au Portugal, dans les villes de Porto et Viana do Castelo, et une construite au Brésil, dans la ville de Rio de Janeiro. De ce fait, et en lieu et place des sémanticiens, nous cherchons à comprendre le langage comme une relation de sens, qui inclut la matérialité du langage, l'histoire et le sujet qui énonce. Pour cette recherche, nous nous affilions à l'égide de la *Semântica do Acontecimento* "Sémantique de l'Événement" de Guimarães (2002, 2011, 2018) qui nous dit que l'analyse du sens du langage doit être située dans l'observation de l'énonciation, l'événement du dire. Par conséquent, les analyses ont été menées dans la perspective énonciative dans laquelle l'énonciation est prise comme le lieu qui produit la signification. Nous considérons également pertinents et nécessaires pour ce travail les travaux théoriques et méthodologiques développés par Dias (2010, 2011, 2013, 2018) et Karim (2012, 2013).

Mots-clés: *Semântica do Acontecimento* "Sémantique de l'Événement"; Statuaire Urbaine; Articulation; Argumentation; Sens.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
SEÇÃO I.....	12
A ESTATUÁRIA	12
1.1 A cidade do Porto	13
1.2 A cidade do Rio de Janeiro	14
1.3 Dom Pedro.....	16
1.4 A cidade do Viana do Castelo	17
1.5 Caramurú	18
SEÇÃO II.....	21
A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO	21
2.1 Semântica do Acontecimento e acontecimento da enunciação.....	21
2.2 Espaço de enunciação, Cena enunciativa, Articulação e Argumentação.....	23
2.3 Formando o <i>corpus</i>	26
SEÇÃO III.....	28
ANÁLISES DA ESTATUÁRIA EM SEU ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO	28
3.1 Entre o enunciar e o “enunciado”	28
3.2 Dom Pedro IV	30
3.3 Dom Pedro I.....	40
3.4 Duas estátuas, dois reis, duas constituições	42
3.5 Caramurú.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
ANEXOS	60

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo observar a produção de sentidos no e pelo acontecimento de três obras de arte constituintes da estatuária urbana dos espaços urbanos de Portugal e do Brasil. Tomamos como *corpus* duas obras edificadas em Portugal (doravante Pt), nas cidades do Porto e Viana do Castelo, e uma edificada no Brasil (doravante Br), na cidade do Rio de Janeiro. Assim, trabalhamos as três obras que constituem nosso *corpus* via uma perspectiva na qual se dá a relação do verbal (enunciados) com o não verbal (imagem/imagético), bem como outros enunciados que consideramos pertinentes para as nossas análises. Tratamos, então, com uma relação de enunciados que determinam a execução das obras: A estátua D. Pedro IV, erguida no Porto - Pt, Caramuru erguida em Viana do Castelo-Pt e D. Pedro I no Rio de Janeiro-Br, já que, as mesmas, acreditamos que se constituem e produzem sentidos pela articulação entre o verbal e o *não verbal* (desde agora será tratado por nós como imagético, já que consideramos como coisas distintas), ou seja, acontecimento (enunciativo) e evento (imagético/estético-político) para a produção de sentido no funcionamento do acontecimento enunciativo.

Para esta pesquisa, tomamos como norte de nossas investigações os dispositivos teóricos e metodológicos da Semântica do Acontecimento de Guimarães (2002, 2011 e 2018). Nossa observação se dá a partir da relação do verbal com o imagético no acontecimento. Essa observação nos leva à descrição do agenciamento das figuras enunciativas na configuração da cena enunciativa para que possamos considerar aquele que fala e aquele para quem se fala (escultor/estado e seu alocutário/leitor), bem como as possíveis articulações que constituem os conjuntos arquitetônicos (estatuetas constituintes da estatuária urbana).

Desta forma, via perspectiva enunciativa, em que a enunciação é tomada como o lugar que produz a significação, buscamos compreender tal relação.

Este estudo está organizado da seguinte forma: Na seção I, intitulada **A Estatuária**, apresentamos, de maneira sucinta, o que entendemos por estatuária urbana, de forma que o leitor a diferencie de outros modos/outras maneiras/outras produções outras formas arquitetônicas artísticas; seguimos, e por ordem alfabética, com a apresentação do percurso sócio-histórico das cidades do Porto -Pt e Rio de Janeiro - Br; em seguida apresentamos a história, também resumida, de Dom Pedro. Avançamos para

a apresentação, como feito acima, sócio-histórica da cidade de Viana do Castelo Pt; para fechar esta seção apresentamos Caramuru.

Já na seção II, intitulada **Semântica do Acontecimento: pressupostos teóricos e analíticos**, apresentamos o quadro teórico e as formas de análise que foram mobilizados para trabalhar o nosso *corpus*. Tentamos, sem desconsiderar outras teorias enunciativas mas, prestigiando o vigésimo aniversário do lançamento da obra *Semântica do Acontecimento*, priorizar esta teoria e seu cientista professor Doutor Eduardo Guimarães, juntamente todos os outros que, ao longo do percurso da produção teórico/analítica, se uniram para consolidar e apresentar ao mundo uma teoria genuinamente brasileira, que abraçamos desde o início do nosso processo formativo.

Na seção III, o término deste trabalho, procedemos com às análises que nos possibilitam, ou não, considerar possíveis significações (e se sim, a que se devem?) promovidas por articulações entre eventos imagéticos e acontecimentos enunciativos, presentes nos conjuntos arquitetônicos da Estatuária Urbana de cada espaço. Buscamos, ainda, verificar a existência de uma relação entre os conjuntos arquitetônicos que selecionamos da Estatuária Urbana de Portugal e da Estatuária Urbana do Brasil.

SEÇÃO I

ESTATUÁRIA URBANA

Ainda que na língua portuguesa do Brasil não exista uma definição para estatuária urbana, trazemos aqui o que se diz sobre esse assunto no espaço da língua portuguesa de Portugal pretendendo, com isso, diferenciar sentidos entre obras de arte, ou não, que conhecemos por estátuas. Segundo Soares, em *Conceptualização de estatuária no espaço urbano*, (2012)¹, estatuária inclui traços semânticos que a identificam como um gênero de realização escultórica diferenciado de outras obras, já que, se assenta no uso da representação figurativa como noção de memória e homenagem de determinada sociedade, tornando-se assim, segundo a autora:

[...] uma narrativa *script-visual* que documenta a história e a vivência local através da dimensão material e imaterial. Este é o valor de memória e civilização que marca a estatuária urbana enquanto marco territorial de identidade, contribuindo para a preservação e salvaguarda do património material etnográfico e bem assim do património imaterial *linguístico* e etnológico. (SOARES, 2012, p.3).

Dizer relação *script-visual* (desde agora *scriptovisual*) é, antes de tudo, considerar que as estátuas que constituem a estatuária urbana são referentes figurativos que junto com os enunciados que lhes fazem parte se apresentam como “documentos” históricos que identificam, através de pertencimento e via rememorações, que não se referem a fatos históricos, mas sim, a narrativas (a noção de narrativa de Soares acreditamos que pode ser substituída, num futuro, por outra pertencente à teoria que trabalhamos) que constituem e consolidam uma identidade própria de um determinado local.

Desta forma, tomamos como incentivador desta pesquisa, que a estatuária urbana conta, logo, é um acontecimento ainda que imagético, que ao se dar em determinada localidade, significada por uma história que se constitui por um passado, que significa no presente do acontecimento e sugere uma latência de futuro que pode significar a própria identidade desse local. A perspectiva de Soares (2012), tem sua consistência no referente

¹ Disponível em: < <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7403/1/ulfl127437.pdf> >. Acesso: 03/10/2021.

da representação, pois, este carrega consigo produção de sentidos, como nos diz o professor e escultor Lagoa Henriques na nossa epígrafe.

Assim sendo, entendemos que estatuária urbana condensa um conjunto de objetos artísticos escultóricos, que em algum momento foram erguidos por determinação do poder local, com a pretensão de perpetuar, através do figurativo, valores de memória e identidade produzidos por enunciações, relevantes, do lugar social que a figura (o apresentado) representa ou representou para a construção e/ou afirmação de uma historicidade do lugar. Logo, é possível considerar a estatuária urbana como algo que significa na e pela relação de narrativas e aquilo que o imagético representa enquanto sentidos, isto é, a relação entre aquilo que a linguagem produz enquanto sentidos no seu funcionamento com o imagético, instituindo, desse modo, um todo que diz sob a identidade do local. A teoria que nos filiamos não considera a enunciação por uma abordagem pragmática de manipulação e utilização do léxico. Para a Semântica do Acontecimento (2002), a enunciação é considerada no seu funcionamento levando em conta a língua, a história e o sujeito que enuncia.

Tendo visto rapidamente o que entendemos por estatuária urbana, passemos agora a uma breve consideração da história das cidades do Porto e Rio de Janeiro num primeiro momento, locais de relevância histórica para nossas primeiras análises.

1.1 A cidade do Porto

O aglomerado populacional, hoje, Porto², antigamente Cale, cidade que deu nome a Portugal, está localizado na foz do rio Douro, onde os romanos construíram um porto e o nomearam por “Portus Cale”, origem do topônimo Portugal. Foi até 456 uma aldeia celta, até ser ocupada por outros povos inclusive pelos romanos, já que sua posição geográfica fazia de Portus Cale uma parada obrigatória na rota entre Bracara Augusta e outros portos de destino na península Ibérica.

No ano 456, foi tomada pelo rei visigodo Teodorico II, que ocupou e governou a cidade até o ano 716, quando, então, foi conquistada pelos árabes que se mantiveram por lá até a reconquista católica pelo então rei das Astúrias: Afonso I, sem grande interesse pela mesma a deixou ao abandono até que no ano de 880, seu sucessor e último rei das Astúrias, Afonso III, O Magno, ordenou sua repovoação.

² Disponível em: < <https://www.tudosobreporto.com/historia> >. Acesso: 03/10/2021.

Iniciavam os anos de 1900 e Teresa de Castela e Leão, contrai matrimónio com Henrique de Borgonha, seu pai, Afonso VI, como dote atribuí-lhes, em 1906, o Condado Portucalense. Graças a esse matrimónio nasce Afonso Henriques que em 1138, na batalha de Ourique, venceu e provocou a migração dos muçulmanos para o sul, sendo este, o acontecimento impulsionador para que em 1143 Afonso Henriques fosse renomeado, pelo rei Afonso VII de Castela e Leão de, Afonso I: Henrique *portugalensium rex*. Cabe salientar que rei e monarquia surgiram antes de se estabelecer o reino de Portugal perfeitamente delimitado.

Em 1820, a cidade Invicta foi cenário de um levante militar que acabou com a monarquia absoluta, dando lugar a uma constituição liberal, a cidade foi ainda, o bastião de Pedro IV de Portugal e I do Brasil, nas lutas entre liberais e absolutistas. De 1832 a 1833, a cidade aguentou o assédio dos absolutistas, que com a ajuda da Espanha, acabaram por acatar a rendição. No entanto, a vitória liberal se forjou às custas de numerosos sacrifícios dos habitantes do Porto, que lutaram heroicamente em defesa da Liberdade expressa na Carta Constitucional de Dom Pedro IV.

1.2 A cidade do Rio de Janeiro

O “achamento” do território brasileiro está diretamente ligado ao advento da expansão marítima ou grandes navegações, desenvolvidas principalmente por portugueses e espanhóis entre os séculos XV e XVIII³. Após a descoberta da rota marítima para a Índia era necessário estabelecer um contato permanente com os povos asiáticos visando a comercialização, principalmente, de especiarias. Desta forma, o então Rei de Portugal, D. Manuel I envia uma frota de treze navios sob o comando de Pedro Álvares Cabral que no dia 22 de abril de 1500, e segundo a Carta de Pero Vaz de Caminha⁴, avistam terra: “Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz”. Talvez por equívoco, ou não, acharam o hoje estado da Bahia.

³ Disponível em: < <https://www.questoesestrategicas.com.br/resumos/ver/expansao-maritima-europeia#:~:text=A%20Expans%C3%A3o%20Mar%C3%ADtima%20Europeia%20foi,que%20tinham%20monarquias%20nacionais%20estabelecidas> >. Acesso: 03/10/2021.

⁴ Disponível em: < http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf >. Acesso: 03/10/2021.

No ano de 1501, uma expedição comandada por Gaspar de Lemos zarpa com intenção de explorar e mapear o novo território. No início do mês de janeiro chegam, ao que acreditavam ser, a foz de um rio (atual Baía de Guanabara ou água escondida, em língua indígena) e aí fundearam seus navios. Desta forma, e tendo como referente o, suposto, rio e o primeiro dia do primeiro mês do ano nomeiam esse território de Rio de Janeiro⁵, foi pelo acontecimento do achar no mês de janeiro, e não em outra data, que o Rio se chama, também, de Janeiro.

Corria o ano de 1531 quando Martim Afonso de Souza chegou de Portugal com os primeiros colonos, assentando base na Baía de Guanabara, oito meses depois, zarpa para a agora São Paulo, fundando a primeira vila brasileira (1532) onde os migrantes conviviam com os povos aborígenes: Goytacazes, paraíba, puris, tamoios, entre outros.

Em 1534, D. João III, de forma a proteger o território da cobiça de outros povos europeus criou as Capitanias Hereditárias (divisão do território em quinze espaços horizontais), essa tentativa de proteção não evitou que em 1555, os franceses, e já depois da criação do Governo Geral do Brasil (1548) sediado em Salvador, ocupassem com o apoio dos Tamoios, a Baía de Guanabara que só foi reconquistada após o envio, em 1560, de uma expedição de combate determinada pelo Governador Geral Mem de Sá. O êxito da operação de reconquista só ocorreu em 1567 já após, Estácio de Sá, fundara a 1 de março 1565 a cidade do Rio de Janeiro, território localizado entre os morros Cara de Cão e o Pão de Açúcar.

Já com povoamentos, de várias densidades populacionais, fixados a produção de açúcar era a máquina econômica da cidade e região, ainda assim, e pela mão do governo de Gomes Ferreira de Andrada a produção de café foi, também, introduzida, corria então o século XVIII, século da também exploração de ouro e diamantes em Minas Gerais, o que obrigava a escoar o minério por estradas que desembocavam na cidade do Rio e daí seguiam em navios para Portugal. Toda esta ascensão agrícola, comercial, de entreposto etc., determinam a transferência da capital (1763) de Salvador para o Rio de Janeiro.

Não menos importante foi o acontecimento ocorrido do outro lado do oceano, a invasão de Portugal pelo exército de Bonaparte que obrigou, em 1807, ao refúgio da família Real no Brasil, que, por essa presença, promove um aumento significativo do

⁵ Disponível em: < https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101378/historia_cidade_rio_janeiro.pdf >. Acesso: 03/10/2021.

trânsito de pessoas e mercadorias pelos portos marítimos da cidade. Temos que destacar, a cidade foi também, um importante porto de chegada de navios negreiros, que traziam escravos das costas africanas para trabalharem (forçosamente) na construção do Brasil e para o enriquecimento do Estado, colonos e primeiros brasileiros.

Dada a importância promovida por todos os acontecimentos citados, em 1822 a cidade passa a usufruir do estatuto de capital do Brasil (até 1960), mas repare-se que, desde a chegada da coroa portuguesa o governo de Portugal estava sediado no Rio de Janeiro, isso significa que o império português era governado no Rio e não de Lisboa.

Outros acontecimentos, mais ou menos recentes, lhes sucedem e vêm, até à atualidade, colocando o Rio no centro das atenções, tais como nos diz o sítio da internet⁶ e que nos serviu de base para falar sob a Cidade Maravilhosa uma designação⁷ que lhe faz jus: A Abolição da Escravatura, em 1888; a Proclamação da República, em 1889; a Promulgação da Constituição de 1891; as revoltas da Armada e da Chibata; a revolta da Vacina; a revolta dos Dezoito do Forte. A Revolução de 1930, que provocou profundas mudanças políticas no país; o golpe de 1937, com a instalação da ditadura do Estado Novo sob o comando de Getúlio Vargas; a redemocratização do país em 1946; a luta pela criação da Petrobras e o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. O Golpe Militar de 1964; as passeatas de 1968, com a morte do estudante Edson Luiz; as campanhas eleitorais, após a luta pela abertura política e pela anistia; o comício das Diretas Já, a Passeata dos carapintadas pelo impedimento do Presidente Fernando Collor de Mello; etc.

1.3 Dom Pedro

Monarca português e imperador do Brasil, filho de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, nasceu em Queluz em 12 de outubro de 1798, e faleceu, na mesma cidade no dia 24 de setembro de 1834. Dom Pedro IV foi o vigésimo sexto rei de Portugal (1826) e primeiro imperador do Brasil (Dom Pedro I), ficou conhecido pelo cognome de "o Libertador". Depois da primeira invasão francesa a Portugal, a família real refugia-se (1807) no Brasil desembarcando na cidade do Rio de Janeiro, e onde nosso protagonista passou parte da sua vida. Em 1818, casa com a arquiduquesa D. Leopoldina, filha do imperador Francisco da Áustria, deste matrimônio nasceram, entre outros, D. Maria da

⁶ Disponível em: < http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/Historico_Estado.pdf >. Acesso: 03/10/2021.

⁷ Ver Guimarães (2002)

Glória (1819), futura rainha de Portugal (com o título de D. Maria II) e D. Pedro⁸ (1825), que sucederá ao pai como imperador do Brasil (com o título de D. Pedro II).

Em 1826, D. Pedro IV/I perde sua esposa e, três anos mais tarde, contrai novo matrimônio com Dona Amélia de Leuchtenberg.

Após a revolução de 1820, D. João VI decreta o regresso de seu filho a Portugal, onde as Cortes Constituintes iriam elaborar a Constituição do reino, esta decisão régia foi mal acatada no Brasil, pelo que seu pai e monarca, em 1821, decide voltar à metrópole, deixando D. Pedro regente do Brasil. Esta determinação abriu portas para que D. Pedro apoiasse o movimento independentista brasileiro, mostrando-se uma determinante liderança do mesmo.

Corria o ano de 1822, e D. Pedro, ao sétimo dia de setembro e às margens do Rio Ipiranga, enuncia, pelo grito do Ipiranga: "Independência ou morte", a independência do Brasil. Após a morte de seu pai em 1826 e em cumprimento de determinações suas, D. Isabel Maria assume a regência do reino e designa D. Pedro rei de Portugal, este, começa a idealizar a união das duas coroas, mas depressa muda de ideia, outorgando aos portugueses a Carta Constitucional (1826) e abdicando a favor de sua filha D. Maria da Glória mediante duas condições: o casamento da rainha com D. Miguel (tio) e o juramento da Carta Constitucional.

Após estes dois acontecimentos, pertinentes para a história de ambos os países, D. Pedro, e por conflito com a Câmara brasileira, foi obrigado a abdicar de seu trono, nomeando seu filho D. Pedro II regente. Em Portugal, D. Miguel torna-se senhor de um trono absolutista (1827), D. Pedro regressa a Europa com a sua filha D. Maria II e assume-se como mentor da causa liberal, chega aos Açores em 1832, onde assume a regência na qualidade de duque de Bragança, funda um Ministério composto por Mouzinho da Silveira, Marquês de Palmela e Agostinho José Freire, merecendo especial destaque o primeiro, pela legislação que viria a alterar a estrutura jurídica e social do país. Em junho, parte para o Norte do país, seguindo para a cidade do Porto, onde junto com suas tropas é submetido a um cerco, iniciando-se, assim, a guerra civil que se prolongaria até maio de 1834 (Convenção de Évora-Monte), quando D. Miguel é expulso do país e entra em vigor a Carta Constitucional. As Cortes de agosto de 1834 confirmam a regência de D. Pedro, que morre no mês seguinte, 24 de setembro, quatro dias após o início do reinado de D. Maria II.

⁸ Disponível em: < <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/dom-pedro-i.htm> >. Acesso: 03/10/2021.

1.4 A cidade de Viana do Castelo

Para explicar o processo de nomeação que culmina em "Viana" existem vários dizeres que se podem levar em conta. Alguns autores⁹, defendem que o nome da cidade portuguesa Viana do Castelo, capital do Distrito, na região Norte e sub-região Minho-Lima tem origem do étimo para "Biduana", por ter sido uma nova cidade, construída em dois dias. Outros¹⁰ acreditam que o topônimo provém da existência de um templo de Diana existente no local onde se desenvolveu a cidade. Outra possibilidade é que "Viana" proviria de uma alteração de "Vinha", latinismo de "Vinea". Outro dizer, ainda, supõe que a sua origem seria "Vi-Anna" ou "Vi-Ana", significando "rio do lago" ou "rio de Ana", com origens linguísticas gregas ou púnicas, por último, mas não menos relevante, contam os ancestrais que um dia um cavaleiro que caçava viu, através de uma janela do castelo, uma moça, de sua Graça Maria, que nunca saía da fortaleza onde estava enclausurada, empolgado, correu para o povoado gritando "Vi Ana do Castelo!" Contudo, o mais certo é o topônimo provir do ibérico, com o sentido de "monte".

Quanto ao nome composto "Viana do Castelo", este surgiu em 1848, quando da elevação a cidade por D. Maria II, onde o nome "Castelo" presta homenagem à resistência que a guarnição do castelo de D. Maria teve durante o cerco que lhe fez a Junta do Porto.

Existem testemunhos do povoamento do território a que hoje corresponde o conselho de Viana do Castelo desde os tempos do Paleolítico até Idade do Bronze, contudo, pode considerar-se como antecessor do espaço e inclusive do nome, a citânia de Santa Luzia, situada no alto do monte com mesmo nome e, também, o Castro¹¹ de Santa Luzia (século IV). Do primitivo castro teriam origem os povos que posteriormente ocuparam os castros de Perre e Areosa, situados na base do monte.

No sítio chamado "Vila de Figueiredo", ainda em 1930, existiam alicerces de um grupo de casotas circulares, de tipo castrejo, onde foram encontradas alguma tégulas¹². Terá sido a "Vila de Figueiredo" a origem de um núcleo de povoações, na qual estava

⁹ <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/viana/>

¹⁰ <http://terrasdeportugal.wikidot.com/viana-do-castelo>

¹¹ 1. Castelo ou fortificação de origem romana ou pré-romana. = CRASTO

2. Povoação fortificada. = CITÂNIA "**castro**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em <<https://dicionario.priberam.org/castro>> Acesso em 28-09-2022.

¹² Tipo de telha grande de rebordo, feita de barro, que aparece em estações arqueológicas romanas.

"tégulas", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em <<https://dicionario.priberam.org/t%C3%A9gulas>> Acesso em 28-09-2022.

incluída a paróquia medieval de "Santa Maria de Vínea", também chamada de "Vinha", talvez determinante para a nomeação: vila de Viana.

A vila de Viana foi anunciada, em 1258, por foral emitido pelo quinto rei de Portugal, D. Afonso III (1245-1279), sendo o principal objetivo deste foral criar um aglomerado urbano, de expressão mercantil marítima e piscatória, junto à foz do Lima. No fundo, tratava-se de criar uma nova povoação dispersa pelas quatro "vilas" existentes no redor e centralizar no município a administração e, eventualmente, a defesa do termo conselho. Na Carta de Foral de fundação do município, em 18 de junho de 1258, Afonso III registou a sua vontade de criar um povoado, na foz do rio Lima, “**...impono nomen Vianna**”. Ao mesmo tempo, lançou as bases do desenvolvimento da vila de Viana que demonstrou ter uma forte vocação para o comércio marítimo, atividade que fez da povoação um dos portos mais movimentados do país.

1.5 Caramuru

Diogo Álvares Correia¹³, nasceu em Viana do Castelo em 1475 e faleceu a 5 de outubro de 1557, na Bahia, Brasil. Em sua obra de 1781 “Caramuru”, Frei José de Santa Rita Durão conta-nos a epopeia deste navegador português, que no final da sua travessia marítima, perto da costa, uma grande tempestade se desencadeou e o seu barco afundou-se. Diogo Álvares e mais alguns marinheiros, atiraram-se à água para se salvarem, escapando-o e apenas mais seis. Logo ocorrem os índios à praia, curiosos para verem os portugueses, e que ao se depararem com um, já morto, consequência de um ferimento na cabeça, e sendo canibais, sem demora o esquartejaram e devoraram, fazendo dos demais prisioneiros em uma gruta, e que segundo Santa Rita Durão (1781), em Poema Épico, CARAMURÚ:

Correm depois de crê-lo ao pasto horrendo;
E retalhando o corpo em mil pedaços,
Vai cada um famélico trazendo,
Qual um pé, qual a mão, qual outro os braços:
Outros da crua carne iam comendo;
Tanto na infame gula eram devassos:
Tais há, que as assam nos ardentes fossos,
Alguns torrando estão na chama os ossos.
(I, 18)

¹³ Disponível em < <https://www.auroradolima.com/opiniao/o-grande-caramuru/> >. Acesso: 03/10/2021.

Certo dia surge uma tribo rival, comandada por Sergipe, que os levou para o sertão Baiano, e onde acabaram por morrer todos os companheiros de Diogo. Perante aquele prenúncio de morte, nosso ilustre vianense vestiu o que tinha resgatado dos despojos do naufrágio: escudo, cota, malha, capacete, espada, pólvora, espingardas e balas, vestido e armado, assusta os nativos comandados por Gupeva. Passa o tempo e o líder tribal e Diogo tornam-se amigos, este último convence as gentes de Gupeva a abandonar o canibalismo e durante uma caçada dispara a sua espingarda, além da ave atingida, Gupeva se prostra também e todos em uníssono gritam: Caramuru! Caramuru!

Estando a turba longe de cuidá-lo,
Fica o bárbaro ao golpe estremecido,
E cai por terra no tremendo abalo
Da chama, do fracasso, e do estampido:
Qual do hórrido trovão com raio, e estalo
Algun junto a quem cai, fica aturdido:
Tal Gupeva ficou crendo formada
No arcabuz de Diogo uma trovoada.

(I, 54)

Toda em terra prostrada exclama, e grita
A turba rude em mísero desmaio,
E faz o horror, que estúpida repita
Tupá, Caramuru, temendo um raio.
Pretendem ter por Deus, quando o permita,
O que estão vendo em pavoroso ensaio,
Entre horríveis trovões do márcio jogo,
Vomitar chamas, e abrasar com fogo.

(I, 55)

Desde esse dia é fama, que por nome
Do grão-Caramuru foi celebrado
O forte Diogo; e que escutado dome
Este apelido o Bárbaro espantado:
Indicava o Brasil no sobrenome,
Que era um dragão dos mares vomitado:
Nem doutra arte entre nós a antiga idade
Tem Jove, Apolo, e Marte por Deidade.

(I, 56)

Tendo já considerado o espaço de historicização do objeto de nossa indagação, passaremos agora à breve consideração e descrição de nosso lugar teórico e os elementos de seu funcionamento.

SEÇÃO II

A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E ANALÍTICOS

Nesta seção, apresentamos os construtos teóricos da Semântica do Acontecimento, definidos por Guimarães (2002/2018), que considera a produção dos sentidos a partir do funcionamento da linguagem na e pela enunciação. A partir disto, procuraremos mostrar, em que medida essa materialidade linguística produz efeitos que possam afetar os sujeitos leitores e, desta forma, construir a relação interpretativa entre o funcionamento de texto com o imagético e seu sujeito leitor.

2.1 Semântica do Acontecimento e acontecimento da enunciação

A Semântica do Acontecimento se propõe a tratar a significação a partir do acontecimento do dizer, que considera a inclusão da exterioridade da língua (o sujeito e a história) como parte constitutiva dos estudos da significação. Nessa direção, a língua passa a ser entendida como:

[...] um conjunto sistemático de regularidades com as quais é possível dizer algo verbalmente. A língua é assim um conjunto de elementos (sons, palavras, sintagmas, todo tipo de expressão) cujas relações constituem este conjunto de regularidades. Com isto podemos apresentar uma definição prévia do que seja a semântica: trata-se de uma disciplina linguística que tem como objeto o estudo da significação tomada como produzida pela prática dos falantes de dizer algo em uma língua. (GUIMARÃES, 2018, p. 15).

Ou seja, tomamos a língua como um conjunto de regularidades pelas quais os falantes, ao serem tomados por ela, dizem alguma coisa, e ao dizerem, significam o mundo, o real, e se significam. Contudo, há que se considerar que a língua, partindo de nosso lugar teórico, funciona no acontecimento de dizer, deste modo, este acontecimento se dá necessariamente em um espaço de enunciação que é caracterizado, entre outras coisas, pelo funcionamento do político.

O funcionamento do político será por nós tomado como um dos lugares que nos ajudarão a entender melhor as relações entre as línguas e os falantes. Para Guimarães (2002) o político é:

[...] caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada. (GUIMARÃES, 2002, p. 16).

A política, ou político, funciona no acontecimento enunciativo provocando uma divisão desigual do real que está vinculada à divisão desigual do social - divisão entre instituições privadas e estatais, divisões geográficas etc., logo, divisões que definem lugares de poder. Portanto, e assim afirma Guimarães: “O acontecimento de linguagem por se dar nos espaços de enunciação é um acontecimento político” (GUIMARÃES 2002, p. 17). Ainda, segundo Guimarães (2002, p. 7), “[...] a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer”. O acontecimento instaura uma temporalidade que não é cronológica. Segundo Guimarães, a história é determinante no acontecimento enunciativo por trazer a ele um passado de sentidos, que podemos considerar uma rememoração de enunciados que resignificam na temporalidade específica do acontecimento. Guimarães (2002) considera:

[...] que algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. O que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato no tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa sua diferença. [...] o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. (GUIMARÃES, 2002, p.11-12).

A Semântica do Acontecimento trata do sentido no acontecimento do dizer, na enunciação, considerando o sujeito e a história. Assim, entende-se que:

[...] a **língua** deve ser definida a partir do espaço de enunciação. (...) pode ser caracterizada como um conjunto sistemático de regularidades com as quais é possível dizer algo verbalmente. Ela é assim um conjunto de elementos cujas relações constituem essas regularidades. A língua tem um conjunto de elementos linguísticos (sons, palavras, formas, etc.) que é preciso descrever segundo categorias específicas para isso. Estes elementos se caracterizam porque se combinam de

algum modo que também é preciso estabelecer. Estes elementos apresentam modos regulares de combinação quando alguém diz algo em acontecimentos específicos, ou seja, na enunciação. (GUIMARÃES, 2018, p.24).

Sendo a enunciação tomada como um acontecimento sócio-histórico, não no sentido da história cronológica, em que os fatos significam um acontecimento social determinado no tempo, mas no sentido em que a história é constitutiva do presente de uma enunciação, ou seja, “a enunciação é o acontecimento do funcionamento da língua, cuja especificidade é sua temporalidade própria (o passado, presente e futuro de sentidos que constitui)” (GUIMARÃES, 2018, p.43), o histórico aqui se constitui no acontecimento por uma temporalidade específica, própria do dizer. E a temporalidade segundo Guimarães (2002), constitui:

[...] o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal dos fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememorações de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nessa medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. (GUIMARÃES, 2002, p.11-12).

Segundo o autor, o acontecimento instala uma temporalidade que lhe é própria, onde os sentidos são produzidos pelo acontecimento na medida em que este é pela temporalidade, e não pelo locutor.

2.2 Espaço de enunciação, Cena enunciativa, Articulação e Argumentação

Para Guimarães (2002, p. 18), os espaços de enunciação “[...] são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante” e que por sua vez “são espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”. O fato de o sujeito estar constantemente a tomar a palavra, mesmo que às vezes lhe seja negada, faz com que a enunciação seja uma prática política, desta forma, permite-nos dizer que o político afeta e divide materialmente a língua nessa relação de disputa entre língua e falantes, uma vez que o político, cria uma ideia de “igualdade” podendo afirmar o pertencimento dos excluídos pela desigualdade. Para explicar a divisão das línguas que existe entre os falantes dos Estados Nacionais, Guimarães (2006), apresenta cinco categorias de línguas:

Língua materna: é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nessa medida ela é, em geral, a língua que se representa como primeira para seus falantes. *Língua Franca*: é aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes dessa língua para o intercuro comum. *Língua nacional* é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo. *Língua oficial*: é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais. *Língua estrangeira*: é a língua cujos falantes são o povo de uma Nação e Estado diferente daquele dos falantes considerados como referência. (GUIMARÃES, 2006, p.48).

É o espaço de enunciação que torna a língua uma prática política que funciona no enunciar, e falar é assumir a palavra num espaço de disputas entre falantes e línguas. Portanto:

[...] o Locutor (L), ao ser agenciado, institui um Locutário (LT) (L é o lugar que diz (eu) para alguém (tu); o alocutor (alx) ao ser agenciado, institui um alocutário (at-x) (al-x é o lugar social de dizer que se apresenta para um at-x, o lugar social para o qual um certo al-x); o enunciador, o lugar de dizer, que se apresenta com quem diz de um lugar coletivo, individual, universal, ou genérico. O enunciador não projeta um tu, é um modo de o eu se apresentar na sua relação com o que se diz (o que se diz por quem diz). (GUIMARÃES, 2018, p.62).

Para a Semântica do Acontecimento a cena enunciativa é de suma importância e segundo Guimarães (2018), “a enunciação é politópica, a cena enunciativa se configura por uma divisão de lugares de enunciação”. Desse modo, a:

[...] cena enunciativa é produzida pelo agenciamento político da enunciação. Em outras palavras, o falante é agenciado politicamente e assim constitui a cena enunciativa: o acontecimento da enunciação produz sentidos ao constituí-la. (GUIMARÃES, 2018, p.53).

E esse lugar de dizer “se apresenta como quem diz de um lugar coletivo, individual, universal ou genérico”. Mais adiante na seção III, tomaremos o funcionamento semântico-enunciativo da relação de sentidos presentes nas estátuas (como um todo) selecionadas através de dois procedimentos de análises: articulação e reescrituração.

A articulação se relaciona entre os elementos linguísticos, significando sua contiguidade, conforme Guimarães (2009), marcando ainda, a relação entre o Locutor e seus dizeres. Dessa forma, “uma articulação é uma relação de contiguidade significada pela enunciação” (GUIMARÃES, 2009, p. 51).

Segundo o teórico, “na organização dos enunciados funcionam relações gerais específicas que podemos considerar em três modos diferentes: *dependência*, *coordenação*

e *incidência*” (GUIMARÃES, 2018, p.80). Vejamos um pouco sobre estes três modos de se verificar a relação por articulação:

- a) por **dependência**: existe uma certa relação e se apresenta como um único conjunto entre os elementos contíguos;
- b) **Coordenação**: existe um acúmulo de elementos contíguos;
- c) **Incidência**: não existe uma relação de dependência inserida entre os elementos.

Não podemos deixar de dizer que:

Um aspecto importante na caracterização das articulações é que elas não são meramente relações internas ao enunciado, mas relação de contiguidade que fazem do enunciado um elemento que se integra a um texto. O que o semanticista deve fazer é analisar estes modos de relação, ver como eles se dão na relação com os textos em que estão enunciados, para poder considerar os sentidos assim produzidos. (GUIMARÃES, 2018, p.84).

Por fim, e não menos importante, deve-se considerar que falar em argumentação não é falar em persuasão ou insistência de convencimento, argumentar. Segundo o teórico:

[...] significa a sustentação do que se enuncia, produzida pela enunciação. Ela significa numa relação de alocação constituída pelo agenciamento do alocutor-x e pela instituição que este produz de seu alocutário-x. Ou seja, a argumentação se constitui pelo agenciamento do falante, na cena enunciativa, que estabelece uma relação eu-tu, em virtude de uma relação da enunciação com aquele de que se fala. (GUIMARÃES, 2018, p.125).

O acontecimento de enunciação se dá num espaço de enunciação conforme caracterizado acima, contudo, o autor atenta para uma observação: mesmo que se esteja numa mesma língua, o espaço de enunciação distribui “línguas” de modos diferentes para seus falantes e isto porque a “língua se divide e suas divisões são atribuídas diferentemente, politicamente, constituindo assim, falantes distintos” (GUIMARÃES, 2008, p.88).

O falante, não é uma pessoa física, de carne e osso, e não é uma figura empírica, muito pelo contrário, “[...] é uma figura política constituída pelos espaços de enunciação, sendo, assim, uma figura da enunciação” (GUIMARÃES, 2008, p.88). Pois, o falante ao assumir a palavra no acontecimento da enunciação, é agenciado politicamente no espaço de enunciação e “quem assume a palavra não é uma pessoa, é já a pessoa determinada pelas línguas que a constituem enquanto ser simbólico” (IDEM, p.88). O que vai

caracterizar a enunciação como uma prática política não individual ou subjetiva é a consideração do funcionamento da língua no espaço de enunciação. Ainda, Guimarães afirma que:

Falar é assumir a palavra nesse espaço dividido (político) de línguas e falantes. Desta perspectiva, a língua funciona no acontecimento, pelo acontecimento, e não pela assunção que dela faz uma pessoa. Neste sentido, diríamos, a enunciação se dá por agenciamentos específicos pelo funcionamento da língua. Neste embate entre línguas e falantes, próprio dos espaços de enunciação, os falantes são tomados por agenciamentos enunciativos. O que se tem não é um ato individual de enunciação, mas um agenciamento político da enunciação. (GUIMARÃES, 2008, p.88-89).

Do ponto de vista de uma semântica enunciativa, podemos considerar que o falante não fala com vontade própria num ato individual e sim num agenciamento político da enunciação. Ou seja, não tomamos aqui o falante como aquele que diz intencionalmente e nem mesmo como aquele que diz “Eu” e instala o presente do acontecimento. O falante é uma figura tomada pela língua e pelo tempo no acontecimento.

2.3. Formando o *corpus*

O estabelecimento de um *corpus* para as análises nos estudos de linguagem requer, antes de tudo, uma tomada de posição em relação ao procedimento teórico-metodológico, com o qual o pesquisador irá efetivamente desenvolver a análise. (KARIM, 2012, p.47).

Neste trabalho consideramos pertinente o estabelecido por Karim (2012), quanto à necessidade de se delimitar o *corpus*, assim como a necessidade de se seguir critérios teóricos e não empíricos.

Adiante, na seção III, a análise, utilizaremos os procedimentos analíticos desenvolvidos por Guimarães que considera:

As análises são feitas de recortes específicos que sejam decisivos relativamente ao funcionamento do sentido da palavra. Recortes decisivos são aqueles que trazem, proeminentes, características do fato que, se procura analisar. (GUIMARÃES, 2011, p. 90).

Tomemos aqui a definição de Guimarães (2005), sobre recorte:

O recorte é um fragmento do acontecimento da enunciação. Não se trata simplesmente de uma sequência, mas de formas linguísticas que aparecem correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência. (Idem, p. 44).

Logo, “[...] não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constituída do sentido do texto” (GUIMARÃES, 2002, p.7). O texto é definido na Semântica do Acontecimento como “uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento da enunciação” (Idem, 2011, p. 19). O texto integra e é ao mesmo tempo integrado por enunciados através de uma relação transversal.

A relação de integração é aquela que constitui sentido, ela se caracteriza por ser uma relação de um elemento lingüístico de um nível com um elemento de nível superior. E não se trata de uma relação caracterizada pela segmentalidade. A integração se faz por uma relação transversal entre elementos diversos e a unidade à qual se reportam. A relação entre os elementos não é de contiguidade, não se marca pela direção da segmentalidade. (GUIMARÃES, 2011, p. 43).

Conforme o teórico, o enunciado se caracteriza por ter “uma independência relativa em relação às sequências linguísticas que com ele integram o texto” (Idem, p. 21). Seguindo essa noção, os enunciados permitem-nos verificar os sentidos produzidos nas estátuas, através das relações entre enunciados (verbal) com as imagens (imagético) que constituem o nosso *corpus*.

Após o demonstrado nestas duas seções: a contextualização sócia histórica dos espaços e dos “personagens” que serviram de mote para a execução arquitetônica e se tornaram parte da estatuária urbana, bem como, à explanação sob a teoria que nos filiamos, seguimos para a seção III onde procederemos às análises que, esperamos, nos mostrarem possíveis ligações entre enunciados e o imagético.

SEÇÃO III

ANÁLISES

Essas tabuinhas nos mostram ainda que, desde aquela época, ler sempre foi interpretar, porque era necessário decidir, segundo o contexto como uma imagem deve estar relacionada no seu significado e em que direção prosseguir a leitura.

(Umberto Eco)

Iniciamos, agora, nossas análises, com o conjunto arquitetônico artístico a Dom Pedro IV, onde a designação: IV, ainda que um numeral e na escrita romana, determina primeiramente que tratamos de Dom Pedro de Portugal e não outro (se fosse I era do Brasil), diz também, que falamos sobre um lugar social de poder.

3.1 Entre o enunciar e o “enunciado”

Antes de entrarmos aqui de fato nas análises, abriremos um espaço para falarmos da relação entre o enunciar, ou seja, o dizer, e o “enunciado”, entre aspas por não estarmos, agora, a tratar diretamente da nossa unidade de análise, mas sim, sobre aquilo o que se diz, ou seja, sobre o que se enuncia.

Concordamos com o fato de a língua ser um sistema de regularidades pelo qual se é possível dizer algo verbalmente, ou seja, enunciar, conforme (Guimarães, 2018). Portanto, tudo aquilo que se pode dizer, que é possível enunciar, se enuncia na e pela língua, no e pelo acontecimento de linguagem.

Por outro lado, se aquilo que se pode dizer se dá pelo funcionamento da língua na e pela enunciação, ou seja, se dá enquanto acontecimento, devemos tomar como pertinente o fato de que o acontecimento é algo que se inscreve no real. O acontecimento enquanto caracterizado por sua especificidade, é de ordem atemporal. Contudo, podemos dizer que tanto um acidente de trânsito quanto a publicação de um livro, ou, a produção de uma obra de arte, são acontecimentos que se inscrevem na história caracterizados por narrativas que o fazem significar. É, de igual forma, peremptório observar que o acontecimento tomado desta maneira não significa por si só, ou seja, o acontecimento, mesmo que se inscrevendo no real e instalando uma relação particular com uma temporalidade específica, não se dá enquanto unidade de significação. O acontecimento, em si, significa por uma relação de identificação na e pela língua/linguagem. O

enunciado, portanto, que é da ordem da língua¹⁴, é o lugar que identifica o acontecimento produzindo, assim, significações.

Devemos, portanto, observar tais questões para que nos seja possível avançar com nossas análises dentro do nosso lugar teórico. A produção de uma “estátua” é um acontecimento da ordem do tempo e da ordem do imagético, configurando-se enquanto um acontecimento estético/imagético. Desta feita, uma “estátua”, ocupa um lugar no real tendo em vista a ordem da história, e dessa maneira, se instala numa dinâmica de configuração e de partilha da estética do sensível. E, se vimos acima que a estatuária urbana se dá enquanto uma narrativa “script-visual” podemos dizer que ela oferece memoráveis e é este um acontecimento estético/imagético passível de ser “contado”, passível de ser “enunciado” da enunciação e, assim, capaz de produzir sentidos.

A estátua ou a parte da estatuária urbana de um local, não conta e nem enuncia por si só. Uma obra da ordem do estético/imagético, significa pela possibilidade de ser enunciada por sua história de produção; produz sentidos por trazer em si um nome, uma história, uma dinâmica na divisão política, e por fim, significa pela possibilidade de, ao ser narrada, a sua história, identificar as coisas no real não enquanto a organização ou “etiquetagem” de um estado de coisas no mundo, mas sim, por produzir a designação, instalando uma temporalidade que caracteriza o acontecimento enquanto diferença em sua própria ordem.

Assim, uma estátua não é um texto e nem um enunciado, mas aquilo que se diz sobre ela, sobre sua história, só se diz enquanto língua em funcionamento na e pela linguagem, só se diz enquanto acontecimento enunciativo. Os sentidos da estatuária urbana se produzem na tensão da relação entre o enunciar, que é, para o teórico “dizer algo com sentido, que se produz pela temporalidade própria de cada acontecimento” – o que se diz – , e o “enunciado” – aquilo sobre o que se diz, aquilo que é dito –.

Por sua vez, o enunciado é:

a unidade de linguagem que apresenta, no seu funcionamento, uma consistência interna, aliada a uma independência relativa. Estas características são consideradas em relação ao todo de que o enunciado faz parte num acontecimento de enunciação. Ou seja, a unidade de análise é uma unidade de linguagem (que está presente) em acontecimentos específicos. (GUIMARÃES, 2018, p.15).

Logo, desta forma, a enunciação se dá por:

um acontecimento que produz sentido. Ou seja, o sentido se produz pela enunciação, pelo acontecimento de funcionamento da língua. E este

¹⁴ Cf. Todorov (1970).

acontecimento se apresenta como se dando pela existência de uma língua, por que há falantes que são tomados enquanto falantes pela relação com tal língua. (GUIMARÃES, 2018, p.22).

3.2 Dom Pedro IV

Figura 1



Fonte: <http://www.britoecunha.com/estaacutetua-d-pedro-iv.html>

Observemos em um primeiro momento a imagem acima. Tomando esta como um acontecimento da ordem do imagético (também estético), temos possibilidades, talvez sem fim, de maneira subjetiva, de fazer “interpretações” diversas partindo de uma descrição daquilo que se “vê”. Tais possibilidades nos permitem dizer em um primeiro momento que “há um homem usando uma vestimenta de uma época distante da nossa, usando um ‘chapéu’, carregando uma espada, montado em seu cavalo de pata erguida e

cabeça abaixada, e que este homem está entregando uma correspondência”; ou, valendo-nos da mesma descrição, poderíamos dizer que este homem é um escritor que está levando o manuscrito final de seu livro ao editor, e que o fato de carregar consigo uma espada seja para proteger uma obra que considera valiosa de ladrões que poderia encontrar pelo caminho. E, por tal ato, este homem seja considerado um “herói” num certo lugar (cidade) que ergueu um monumento em sua memória.

Seguindo por uma direção como esta estamos tocando num assunto delicado e caro para os problemas filosóficos e linguísticos, sendo um deles deveras desafiador, a interpretação. Contudo, não podemos negar que as “pessoas” (os “leitores”), quando se deparam com uma imagem ou uma obra de arte – um quadro, uma escultura etc. –, buscam sempre abstrair algum significado daquilo que se está observando. As descrições feitas acima, por exemplo, são maneiras do que podemos dizer sobre os elementos que constituem a “estátua/imagem”, individualmente ou soma do todo que significa.

Por mais que não se negue que há lugares da ciência Linguística que tome este modo decifratório/interpretativo como elemento norteador de boas análises, não é este o nosso lugar de interesse. Há algo interessante que nos diz Eco (2007) sobre este tipo de consideração:

A propósito dos modos como um texto verbal é capaz de fazer *ver* uma coisa, não se pode ignorar o problema da *écfrase*, entendida como descrição de uma obra visual, quadro ou escultura que seja. De hábito, estamos acostumados a discutir sobre a aceitabilidade do tipo oposto de *tradução intersemiótica*, ou seja, aquela em que se traduz de um texto escrito para um *texto visual* (de livro para filme, de livro para quadrinho etc.). Com a *écfrase*, ao contrário, *traduz-se* um *texto visual* num texto escrito (p. 245) (Grifo em itálico nosso).

Grifamos em itálico alguns termos e expressões porque apresentam a necessidade de serem brevemente discutidos aqui. A *écfrase* mostrada por Eco (2007), é um modo de *tradução intersemiótica* que possibilita tal “interação” entre sistemas semióticos distintos, levando-nos numa certa concordância em relação àquilo que diz Benveniste (2014) que a língua é o principal sistema interpretante dentre todos os sistemas semióticos. Contudo, não tomamos os acontecimentos estético/imagéticos como textos, mesmo podendo serem descritos pela língua. Um texto é considerado, por nós, como uma unidade de significação que integra e é integrado por enunciados (GUIMARÃES, 2017), e que um enunciado é algo da ordem da língua e que se dá num acontecimento de linguagem.

Temos, portanto, que uma “estátua” não é um texto e que os elementos que compõem a obra não são seus enunciados. Por outro lado, não tomaremos aqui uma

relação referencialista entre as palavras e as coisas¹⁵, em que uma palavra refere/classifica, algo no real. Porém, podemos considerar os sentidos produzidos pela “estátua” selecionada iniciando nossas análises de maneira específica, observando o funcionamento semântico dos nomes da história¹⁶. Isto é possível porque a “estátua” apresentada tem um “nome”, um nome que está inscrito na história e funciona semanticamente ao enunciar designando algo/alguém no real. Por outro lado, em virtude do nome se inscrever na história, este significa em narrativas que contam não apenas sobre a nomeação, mas também, sobre aquilo que a estatuária urbana possa significar.

Consideremos, agora, o nome Dom Pedro IV, que, e pelo lugar teórico por nós assumido, se apresenta como uma formação nominal (FN)¹⁷, já que a:

formação nominal não designa nem o produto da constituição de nomes compostos, como nos estudos morfológicos estruturalistas, e nem o produto de um corte sintagmático, propulsor do nome sintagma, mas a unidade nominal considerada a partir do processo de constituição dos nomes, tendo em vista as três dimensões, do ponto de vista da enunciação. Com o conceito de FN, produzimos um foco no caráter dinâmico da nominalidade. (DIAS, 2018, p.122).

Assim a FN significa em virtude do funcionamento de dois aspectos decisivos:

- (i) é um acontecimento enunciativo que instala uma temporalidade específica e que agencia enunciativamente o falante em um lugar social do dizer constituído sócio-historicamente;
- (ii) a relação de articulação entre os elementos, na contiguidade do enunciado e que constituem a formação nominal, particulariza o funcionamento deste nome mostrando que é um e não outro.

Assim, conforme Dias (2018), ainda sobre a constituição da formação nominal, esta:

[...] é a constituição interna e externa das formas para a constituição da unidade nominal. As formações, articulatoriamente configuradas, sustentam materialmente o referencial histórico, a memória das significações dos seus termos e a pertinência enunciativa do nome nas cenas enunciativas em que contrai relação de pertencimento. (DIAS, 2018, p.143).

¹⁵ Uma pequena alusão ao título da obra de Foucault (2000) “As Palavras e as Coisas”, mas sem, contudo, levar em conta o teor da obra.

¹⁶ Tomando lugar novamente numa pequena alusão ao título da obra de Rancière (2014) “Os nomes da história: ensaio de poética do saber”.

¹⁷ Ver Dias (2018).

Desta forma permite-nos dizer, tal como Guimarães (2002) que “A *nomeação* é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome (...). A *designação* é o que se poderia chamar de significação de um nome [...]” (p. 9). Assim, temos que a formação nominal Dom Pedro IV, apresenta uma relação pela qual o nome Pedro se apõe a Dom e IV, ou seja, há um Pedro que é um Dom (um monarca, um príncipe, um nobre a monarquia) e que este Pedro, que é um Dom, é o de número IV, ou seja, é o quarto na linha de sucessão, portanto, vem depois do I, II e do III.

De tal maneira, o termo Dom articulado por coordenação a Pedro, significa este Pedro como parte da Monarquia Portuguesa, como Príncipe, a princípio, e mais tarde como Rei de Portugal. Portanto o termo Dom na formação nominal faz com que este acontecimento recorte como memorável uma história enunciativa pela qual príncipes e membros da monarquia portuguesa têm seu lugar social no recorte do real significado por este pronome de tratamento que se articula ao nome e faz com que ele assuma uma posição de nobreza e não outra.

O numeral romano IV que se articula ao nome Pedro e à formação Dom Pedro faz com que, na temporalidade instalada no e pelo acontecimento deste recorte como memorável de enunciações outras que dizem sobre uma linha sucessória comum às monarquias europeias e ao papado, como, por exemplo, Luís XIV (séc. XVII e XVIII), e Luís XV (séc. XVIII) na França, ou, Papa João Paulo I e o Papa João Paulo II. Assim, o numeral depois do nome é uma variável que mostra que há uma retomada do nome da pessoa, contudo, há também uma diferença em relação ao sujeito nomeado e significa em virtude de o acontecimento de nomeação se dar em outro tempo, em outro espaço de conviviabilidade dos tempos, e abrir outra futuridade. Tem-se assim, como memorável, nomeações como Pedro I (1357-1367); D. Pedro II (1683-1706); e Pedro III, rei consorte, (1777-1786).

Visto que sentidos são produzidos no processo de nomeação, ou seja, no acontecimento de nomeação, devemos notar que sentidos outros são produzidos no funcionamento do nome em acontecimentos enunciativos que narram a história. Desta maneira ao se enunciar Dom Pedro IV, a formação nominal, recorta como memorável enunciados que dizem sobre um Príncipe e quarto filho do rei João VI de Portugal, sendo, dessa maneira, membro da Casa de Bragança. Contudo, o nome Dom Pedro IV ao funcionar nomeando não a pessoa e sim uma estátua integrante da estatuária urbana específica de Portugal, e aqui, da cidade do Porto, o nome recorta como memorável específico neste acontecimento: enunciados que contam a história da libertação de

Portugal do reinado de seu irmão D. Miguel fazendo com que sua filha D. Maria subisse ao trono português como Rainha, logo, o nome que designa a estátua traz no presente do seu acontecimento sentidos de enunciação que dizem sobre as “Guerras Liberais; Guerra Miguelista; ou Guerra dos dois Irmãos”. Seguimos agora, para a descrição da estátua.

A imagem da estátua equestre de Dom Pedro IV, na praça da Liberdade, e extraída do site da Brito e Cunha, foi levantada na cidade do Porto (Portugal). O Monumento é constituído por uma estátua equestre da autoria do escultor Célestin Anatole Calmels, curiosamente nascido em França, o país onde eclodiu a grande Revolução liberal. A primeira pedra foi colocada em 9 de julho de 1862 e a inauguração decorreu em 19 de outubro de 1866. O monumento, constituído por uma estátua de bronze, representa D. Pedro IV trajado a rigor com sua farda do batalhão de Caçadores 5, na mão direita segura a Carta Constitucional de 1826 e na esquerda as rédeas do cavalo. No pedestal são representadas duas cenas da vida do homenageado, em dois baixos-relevos, atualmente se trata de réplicas devido ao furto em 2007 dos originais que eram em mármore, um deles representa o desembarque na praia do Mindelo e o segundo mostra a entrega do coração de D. Pedro ao Porto, hoje depositado em urna na igreja da Lapa (bairro da cidade).

Como enunciados, linguagem verbal, e em duas placas de bronze à direita e à esquerda da base do monumento, estão os nomes dos doze “Mártires da Liberdade” que naquele lugar foram enforcados por ordem da Alçada estabelecida pelo governo miguelista e, na frente da estátua um brasão de Armas com o enunciado “A D. Pedro IV/ A cidade do Porto / 1866”.

Partindo do exposto acima, devemos considerar a impossibilidade de se negar, de maneira absoluta e estanque, que o imagético possa significar. Temos acima a descrição da obra (estátua); temos o nome e os sentidos produzidos no presente de seu acontecimento enunciativo; e temos a história que este nome ao funcionar na linguagem recorta como memorável. Há, portanto, uma possibilidade de observar a produção do significado pelo qual o verbal atravessa o imagético e nos traz aos olhos a imagem de Dom Pedro IV segurando a Carta Constitucional com a mão direita, estendida e de cima para baixo, como um gesto de “entrega” – deixando a Constituição a um país “livre”, que ajudou a libertar do absolutismo do seu irmão, D. Miguel e que entregou à sua filha, Dona Maria, mantendo a dinastia (uma linha direta de sucessão), como consta no próprio texto constitucional no Art. 5º do Título I:

Art. 5º - Continua a Dinastia Reinante da Sereníssima Casa de Bragança na Pessoa da SENHORA PRINCESA DONA MARIA DA GLÓRIA, pela Abdicação, e Cessão de Seu Augusto Pai o SENHOR DOM PEDRO I, IMPERADOR DO BRASIL, Legítimo Herdeiro e Sucessor do Senhor Dom João VI¹⁸.

Não por um acaso, a estátua está situada na praça nomeada de Praça da Liberdade (Porto). Portanto, este gesto, a “nomeação”, tem significado específico no referencial histórico recortado por todo o acontecimento que diz a obra, a entrega da Carta maior do império português ao povo português, e principalmente à “recém” nomeada Rainha de Portugal D. Maria da Glória.

Partindo disso, tomaremos a seguir as relações que nos permitam observar a configuração da cena enunciativa nas e pelas divisões existentes nos recortes da imagem da estátua via aquilo que já foi descrito (narrado) enunciativamente.

Inicialmente, nos atentaremos para a descrição da cena enunciativa da figura (1), e as divisões no recorte da imagem, para melhor entender a cena enunciativa na sua relação com a enunciação, tomamos o seguinte enunciado:

✓ **A relação dos símbolos na estátua e do enunciado “A D. Pedro IV/ A cidade do Porto / 1866”**

Retomemos o que se entende por cena enunciativa. De acordo com Guimarães (2002, p. 23), “Uma cena enunciativa se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra, dados as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”. Assim, a cena enunciativa é uma configuração pela qual os falantes enunciam enquanto tomados por modos específicos da dinâmica do “jogo” dos lugares de dizer.

A cena enunciativa é configurada num acontecimento que se dá em um espaço de enunciação de língua portuguesa de Portugal, onde o falante é tomado por um modo específico do funcionamento da língua e o lugar que diz é do Locutor (L); o “lugar social do dizer” alocutor (al-x); e o “lugar de dizer” (enunciador). No agenciamento desta cena o Locutor (L) representa fonte do dizer, porém está afetado pelos lugares sociais que lhe permitem dizer, que é agenciado pelo alocutor-Estado. Nesta cena se toma como perspectiva um enunciador-universal que representa o dizer que caracteriza como válido para todos, uma verdade universal, que significa no espaço de enunciação da língua portuguesa de Portugal representado pelo dizer do Estado. A estátua equestre foi levantada

¹⁸ Disponível em < <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1533.pdf> >. Acesso: 03/10/2021.

em homenagem à resistência da cidade do Porto e das tropas de D. Pedro IV que deram a vitória da causa liberal em Portugal.

Desta forma o imagético (aquilo que vemos) se articula com os enunciados presentes na estátua dando uma solidez semântica ao acontecimento e vice-versa sustentado pelo memorável que a faz significar, ou seja, o memorável constituído pelas narrativas que dizem sobre as conquistas de D. Pedro IV em Portugal.

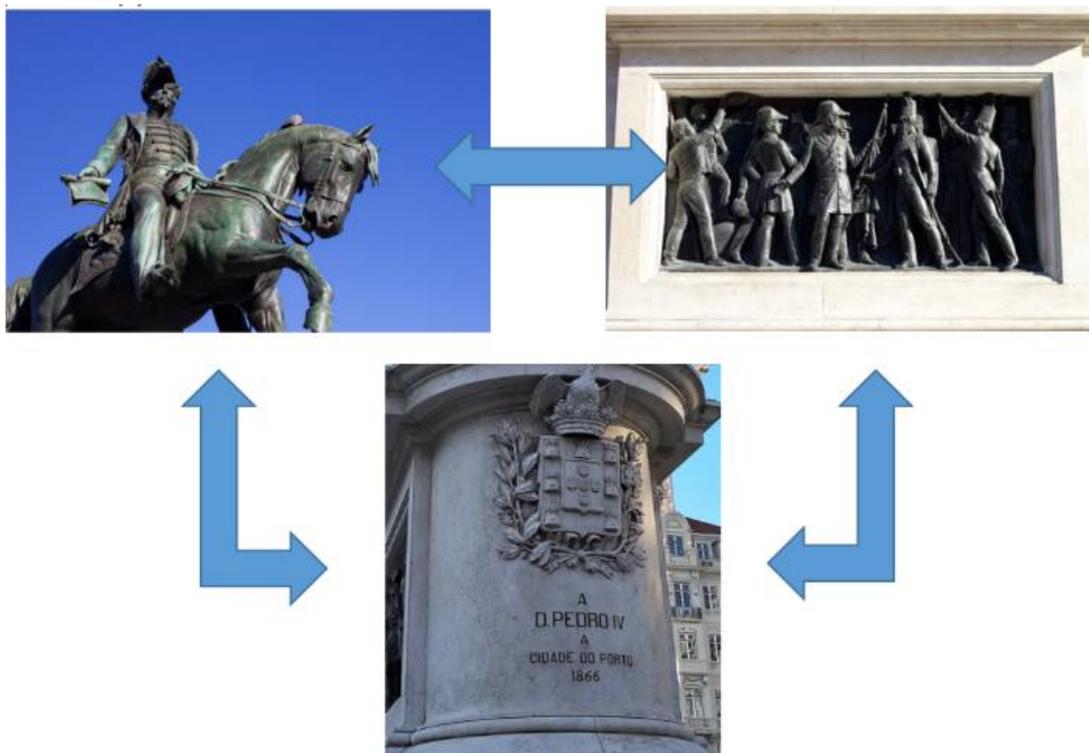
Na perspectiva da teoria da semântica do acontecimento, “a enunciação deve se dar num espaço no que seja possível considerar a constituição histórica do sentido” (GUIMARÃES, 2005, p. 08). Dessa maneira, pode-se dizer que a imagem deve ser considerada a partir da sua historicidade, verificando-a a partir de uma temporalidade que a faz significar e produzir novos sentidos. Portanto, o imagético, significa a partir de rememorações de enunciados, outros, com suas histórias já contadas/enunciadas, já visualizadas, que se reavivem estabelecendo num novo acontecimento. Ou seja, na relação pela qual o verbal “atravessa”, recorta o imagético, articulando a língua com a estátua, a qual ela (a língua) reescreve a estátua, significando-a pela enunciação.

Estas relações entre a escultura com o enunciado, “**A D. Pedro IV/ A cidade do Porto / 1866**”, instalam uma relação de articulação por incidência. Segundo Guimarães (2018, p.81), esta articulação é a relação que se dá entre um elemento externo a outro que, ao se articular com ele, forma um elemento do segundo tipo. Isto produz sentidos que circulam no e pelo imaginário social em direções de eternidade ou do heroísmo, ou seja, articula o imagético e o verbal no intuito de apresentar um acontecimento memorável, é que, a Invicta (Porto), foi predestinada ao pensamento e ao heroísmo, e isso se observa com a estátua erigida à memória de D. Pedro IV, em agradecimento da cidade do Porto e de todo Portugal liberal ao sofrimento, heroísmo, sangue e morte do rei e seus aliados.

No presente do acontecimento é possível se observar a relação do verbal com o imagético, constitutivos da obra como um todo, e que consideramos, já que, o acontecimento (enunciativo) e o evento (estético/imagético), se relacionam no e pelo atravessamento do verbal sobre o imagético e que, por sobreposição, um sustenta o outro formando, assim, uma relação scriptovisual que constitui a unidade de significação do todo.

No recorte abaixo é possível observar as relações que constituem o scriptovisual e a configuração no presente do acontecimento enunciativo.

Passemos agora para as análises da figura (1), recorte (a).

Recorte (a)

Verifica-se nesse **recorte (a)** no mínimo três eventos imagéticos e um enunciado:

- Um cavaleiro em seu cavalo com a carta constitucional na mão direita posicionada para baixo, como dissesse: entrego a vocês, ao povo.
- O desembarque na praia do Mindelo, onde D. Pedro IV entrega a bandeira a Tomás de Melo Breyner
- O brasão de armas Português
- O enunciado “A D. Pedro IV/ A cidade do Porto / 1866”.

É possível aqui “dizer” que a estátua “é” por que algo já foi dito, ou seja, há um lugar na história que nos permite enunciar o que enunciamos. Ainda, se por um lado a estátua “representa” um momento da história, eternizando-o para a posteridade, por outro lado, não tomamos a representação e nem mesmo a eternização como lugar de produção dos sentidos. Ao se inscrever na história, a obra, enquanto narrada e exposta ao real da língua e da linguagem não representa, mas, constitui o novo pela temporalidade que diferencia a ordem do próprio acontecimento.

Portanto, o evento nos remete a atos de heroísmo e patriotismo, que por sua vez recortam como memorável a luta e o sacrifício pela liberdade. Seguindo, podemos entender que os símbolos estão funcionando por uma articulação de dependência, já que

existe uma relação estabelecida entre esses elementos com o enunciado “A D. Pedro IV/ A cidade do Porto / 1866” pois, os mesmos, separados não produziriam no acontecimento o mesmo sentido de liberdade determinado pela resistência e vitória da cidade do Porto e das tropas de D. Pedro IV. O imagético vincula sobre o texto grafado, constituindo uma unidade, desse grupo nominal (GN) “A D. Pedro IV/ A cidade do Porto / 1866”, que se relacionam com os símbolos funcionando como um todo na obra – uma relação script-visual. Esse sintagma nominal que Guimarães (2009) chamou de “um grupo nominal (GN)”, sustenta o imagético, rescrevendo-o por substituição. Temos nesse GN uma articulação de dependência, já que ela “se dá quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento” (GUIMARÃES 2009, p.51).

[...] a organização das contiguidades linguísticas se dá como uma relação local entre elementos linguísticos, mas também e fundamentalmente por uma relação do Locutor (enquanto falante de um espaço de enunciação) com aquilo que ele fala”. (GUIMARÃES, 2009, p.51).

Assim, todos os elementos contíguos a este enunciado organizam-se por uma relação, constituindo, nesse conjunto, um só elemento: “entrega da bandeira, figura de D. Pedro IV e Carta Constitucional”, que aparecem em forma de imagens e que é atribuída a “A D. Pedro IV/ A cidade do Porto / 1866”.

Na articulação apresentada percebemos que o funcionamento de linguagem presente, significa o sentido de liberdade através da estátua equestre de D. Pedro IV, levam o at-x ao reconhecer os atos heroicos de D. Pedro IV e de suas tropas, na cidade do Porto, no enquadramento histórico das Revoluções Liberais, mostrando a importância que o liberalismo, a implantação do mesmo, a Carta Constitucional e o Cerco do Porto, fazem parte da memória coletiva ou social, através da identificação do nome da praça, onde a estátua de D. Pedro IV está erguida. Em 1820 foi Praça da Constituição, em 1833 Praça de D. Pedro e atualmente Praça da Liberdade, estas renomeações da praça recortam o memorável de liberdade, marcado pela temporalidade das renomeações que não são só nomes no presente do acontecimento, a enunciação marca uma temporalidade que se traduz num elemento totalmente decisivo para a produção dos sentidos deste acontecimento. Para confirmarmos o que dizemos neste parágrafo valemo-nos do procedimento de análise, desenvolvido por Dias (2018 -2023): Redes enunciativas, que são:

Um procedimento para observar a enunciação, [...] as quais podem fornecer visibilidade na produção de um enunciado. Trata-se de um

procedimento para desenvolvermos o conhecimento do funcionamento da língua na produção do sentido. (DIAS, 2018, p.31).

Assim apresentar as formações nominais (FNs) da praça é considerar que sua significação:

é realizada na relação entre os referenciais históricos e as pertinências enunciativas. Essas são especificamente as condições que fundam a articulação entre os termos nas FNs, isto é, que fundam os diferentes procedimentos de agregação no âmbito de uma formação nominal. (DIAS, 2018, p.143).

Desta forma, e tomando para nós o modelo usado na Tese de Szuribis, 2022, temos:

Eixo Enunciativo	Pertinência Enunciativa	Referenciais
Renomeação da praça	Praça...	lugar público e amplo geralmente rodeado de edifícios e onde desembocam várias ruas ¹⁹
Renomeação da praça	da Constituição	memória coletiva do que permitiu a tentativa da liberdade
Renomeação da praça	de D. Pedro	memória coletiva de quem implementou novamente a liberdade
Renomeação da praça	da Liberdade	memória coletiva do objetivo adquirido: liberdade

Como se observa na rede enunciativa, temos um lugar público e amplo que em suas formações nominais teve/tem como referência a Liberdade. Ou seja, o acontecimento dessas nomeações recorta como memorável narrativas do direito à liberdade.

As renomeações (três vezes) da praça remetem à memória do liberalismo, a funcionar nos espaços públicos, e o liberalismo é um referente na história da cidade do

¹⁹ Porto Editora – *praça* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/praça>. >. Acesso: 16/01/2023.

Porto, já que o mesmo foi instaurado em Portugal a partir desta cidade o que ressignificou a história da localidade, bem como, a do país. O Porto liberal, surge com o início do planejamento para a mudança de políticas que não mais serviam ao povo português, entre elas: a criação do Sinédrio (22 de janeiro de 1818, uma associação secreta com as ideias e ideais de personagens marcantes da história portuguesa, impulsionados por Manuel Fernandes Tomás e Ferreira Borges) que originou a primeira Revolução Liberal, primeira, porque uma outra, em Lisboa, já tinha sido tentada sob o comando do General Gomes Freire de Andrade, quando parte do povo pedia o fim da interferência inglesa no país via a instauração de uma Monarquia Constitucional, mas foram derrotados pelo governo regente.

A monarquia absoluta imposta por D. Miguel, fez com que a 16 de maio de 1828 a cidade o Porto fosse palco de mais um levante, desta vez contra os miguelistas, sendo que, no ano seguinte a cidade assistiu à condenação de doze homens à pena de morte. O motivo? A dedicação à causa da liberdade. Em 1832, D. Pedro IV entra na cidade comandando seus soldados, a que se seguiu o Cerco do Porto, após o levantamento do estado de sítio. O Porto e o país assistiram à abolição do absolutismo monárquico, à entrega da Constituição, percebido através do imagético da figura de Dom Pedro IV em seu lugar (alto da estátua) representando um líder a entregar (para baixo) ao povo a constituição. Mostrando, com isso, uma estruturação política, ou seja, lugares de dizer diferentes onde é o líder, através deste ato, quem pode e declara a implantação dos ideais políticos Liberais.

Passemos para o seguinte recorte (b) com o texto grafado na estátua: “A D. Pedro IV/ A cidade do Porto / 1866” onde podemos observar: o Brasão de Portugal fazendo relação com o enunciado citado acima, dito Brasão reescreve por condensação o estado português.

Podemos, assim, verificar que o sentido de uma palavra não se forma de imediato, mas vai se produzindo a partir da forma como se relaciona com as outras e com seus falantes. Os sentidos do dizer se constituem historicamente. Ao estudarmos uma palavra, não podemos isolá-la semanticamente, mas sim, entender qual a forma de seus sentidos, como podem ser outros e como ela se ressignifica através da forma de como se estabelece nas relações enunciativas.

Passemos, agora, para a o conjunto artístico/arquitetônico de um outro D. Pedro, que não é mais o IV e, como veremos, carrega sentidos outros.

Vejamos, na sequência, a próxima imagem.

3.3 Dom Pedro I

Figura 2



Fonte: <https://diariodorio.com/historia-da-esttua-de-dom-pedro-i-na-praa-tiradentes/>

Erigida no centro da cidade do Rio de Janeiro a mais antiga estátua da cidade homenageia Dom Pedro I e está situada na Praça Tiradentes.

O monumento tem 15,7m de altura, 3,30m da base de cantaria, 6,40m da coluna onde estão os conjuntos alegóricos e mais 6m da estátua equestre, tendo em destaque a figura de D. Pedro I uniformizado de general e com o braço direito erguido e apresentando a carta constitucional de 1824 da Proclamação da Independência do Brasil.

Segundo o INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural citado no sítio da internet²⁰ a estátua, esculpida pelo francês Louis Rochet (1813 – 1878), descreve um imagético de Dom Pedro I a proclamar a Independência do Brasil com o Manifesto às Nações na mão. Inscritas no gradil estão as principais datas da vida do homenageado: 12 de outubro de 1798 (nascimento) – 6 de novembro de 1817 (casamento com dona Leopoldina) – 9 de janeiro de 1822 (Dia do Fico) – 13 de maio de 1822 (tornou-se Defensor Perpétuo do Brasil) – 12 de outubro de 1822 (aclamação como imperador do

²⁰ Disponível em < <http://www.ipatrimonio.org/rio-de-janeiro-monumento-a-dom-pedro-i/#!/map=38329&loc=-22.90695400000017,-43.182824,17> >. Acesso: 03/10/2021.

Brasil) – 1 de dezembro de 1822 (coroação) – 25 de março de 1824 (ratificação da primeira Constituição brasileira) – 17 de outubro de 1829 (casamento com dona Amélia).

No pedestal, abaixo da representação de D. Pedro I e principais faces da obra arquitetônica, verifica-se a representação aborígine (simbolizando os rios: São Francisco, Madeira, Amazonas e Paraná), fauna, flora, dando consistência, assim, que tratamos do Brasil. Vemos, ainda, os brasões das vintes províncias imperiais e num enunciado, lemos “a D. Pedro I, gratidão dos brasileiros”.

A história do monumento se inicia em 1854, 30 anos pós independência brasileira, via pedido de sessão extraordinária pela Câmara Municipal que apresenta a proposta do Dr. Haddock Lobo²¹: eternizar a memória do primeiro Imperador do Brasil e a Constituição de 25 de março 1824. O espaço escolhido? A então Praça da Constituição (atual Tiradentes), local onde D. Pedro I jurou a Constituição Política do Império. Cabe dizer, que aprovação do projeto foi dada por D. Pedro II (filho do homenageado) abrindo espaço à incerteza de quem determinou a homenagem, o D. Pedro II, o filho do Pedro I ou ambos?

“Independência ou Morte” foi o nome dado ao monumento idealizado por Maximiano Mafra e que contou com a participação de Louis Rochet, um francês autor de outro projeto finalista, e que mais tarde seria alvo de polêmica dos nacionalistas que defendiam uma obra 100% brasileira.

Em 1859, iniciaram os trabalhos, no primeiro dia de 1862 foi “lançada” a primeira pedra e a inauguração, com toda a pompa que o evento pediu, deu-se no dia 30 de março de 1862.

Novas questões surgiram paralelamente à chegada do século XIX, os republicanos sentiam-se afrontados com todo o simbólico da monarquia que o imagético mostrava, tais como: o nascimento do Imperador, os casamentos, o dia do fico, o brasão imperial etc., fato é que existiu, inclusive, uma tentativa frustrada de derrube do monumento que, ao não se concretizar, fomentou outro acontecimento, este da ordem da língua.

A, até então, Praça da Constituição foi renomeada por Praça Tiradentes, assim, se até esse momento tínhamos o nome Praça da Constituição e o imagético de D. Pedro I, que funcionavam no mesmo espaço e que se sustentavam por recortarem o memorável da monarquia no Brasil, agora temos o nome Praça Tiradentes e o imagético D. Pedro I,

²¹ Disponível em < https://members.tripod.com/~Historia_Demografica/bhds/bhd50/thrj.pdf >. Acesso: 03/10/2021.

ou seja, por um lado, Tiradentes²² recorta o memorável positivista da república e seus apoiadores, por outro, D. Pedro I continua a recortar o memorável da monarquia.

O embate é de tal forma importante que um simples transeunte, desconhecedor da história, se não se valer do enunciado e parte da obra, “a D. Pedro I, gratidão dos brasileiros”, facilmente substitui o imagético de Dom Pedro I pelo imagético do inconfidente mineiro Tiradentes.

Recorte (2a)



Fonte: <http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com/2013/03/monumento-pedro-i-na-praca-tiradentes.html>

3.4 Duas estátuas, dois reis, duas constituições

É possível, agora, observar uma relação instalada entre as duas estátuas, a de Portugal e a do Brasil. E tal possibilidade é viável justamente pelo fato de D. Pedro IV de Portugal e D. Pedro I do Brasil serem formações nominais que designam o mesmo ser no mundo identificando-o como um em um espaço e outro noutro espaço, significando-o de modos distintos. Ainda assim, a principal diferença não se encontra na designação em si, mas na história dos movimentos das estátuas.

²² Disponível em < <https://brasilescola.uol.com.br/biografia/tiradentes-biografia.htm> >. Acesso: 03/10/2021.

Devemos observar que na estátua de D Pedro IV, o Rei entrega, após vencida a Revolução miguelista, a Carta Constitucional de Portugal, o gesto do qual falamos acima, ao povo português, como que apresentando um país liberto do julgo de seu irmão Miguel e defendendo o reinado à sua filha. O gesto como tal, recorta uma história, um memorável de narrações sobre as batalhas e a “reconquista” de Portugal por Pedro IV à sua filha emancipada na constituição.

Por outro lado, ao observarmos a estátua de D. Pedro I do Brasil na cidade do Rio de Janeiro, é possível verificar que o “Imperador” ergue a Carta Constitucional, não num gesto de entrega, mas, como que num gesto de quem “mostra” ao povo a Constituição, ainda que este “povo” seja apresentado (na obra) somente pela figura do nativo, o que de alguma forma, permite dizer pela relação scriptovisual:

- a) No Brasil só existem nativos que são o povo brasileiro.
- b) No Brasil os nativos, num lugar de submissão (abaixo da representação de D. Pedro I), foram uma das conquistas do imperador, tal como a Carta Constitucional, para o “povo” brasileiro.

E isto recorta uma história específica de um Brasil independente, mas que permite verificar quais os sentidos que constituem a palavra povo.

Recorte (2b)



Fonte: <http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com/2013/03/monumento-pedro-i-na-praca-tiradentes.html>

Recorte (2c)



Fonte: <http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com/2013/03/monumento-pedro-i-na-praca-tiradentes.html>

Um ano antes, em 1823 mais especificamente, houve a primeira tentativa de produção de uma constituição para o império brasileiro. Esta constituição ficou conhecida como a “Constituição da Mandioca” que, de acordo com a primeira Assembleia Geral Constituinte do país, recém independente, teriam direito ao voto apenas aqueles que tivessem uma renda anual comparada a 150 alqueires de farinha de mandioca. Ou seja, forjou-se, naquele momento, uma carta constitucional aristocrática, elitista que excluía os mais pobres. Não obstante, a Assembleia Constituinte convocada pelo próprio Imperador produziu um documento que limitava os poderes do mesmo, o que não o agradou, fazendo com que D. Pedro I, na noite de 12 de novembro de 1823 ordenasse o seu exército a cercar e invadir a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro com o intuito de dissolver a mesma. Ressalte-se que, existiu resistência. Muitos deputados foram presos, deportados e/ou mortos, no acontecimento da história nacional brasileira conhecido como “Noite da Agonia”.

Assim, o gesto da estátua no Brasil difere do gesto da estátua em Portugal. Se lá observamos D. Pedro IV a “entregar” ao país a Constituição, no Brasil, pelo contrário, o gesto é o de “apresentação/imposição” de uma nova Carta aprovada pela aceitação, imperial, de D. Pedro I que, em seu cavalo, ergue a carta constitucional com sua mão

direita e mostra a primeira Constituição do Brasil, apagando aquela que teria sido, em verdade, a primeira e que, no entanto, entrava em conflito com o Imperador pela limitação do seu poder.

3.5 Caramuru

Trazer para este trabalho a estátua de Caramuru tem dois motivos pertinentes para nós. O primeiro visa enfatizar o conflito entre línguas no funcionamento do espaço de enunciação. O segundo, por sua vez, apresenta outro lugar (espaço), um lugar que recorta outros memoráveis.

Verifique-se que, ao contrário do que fizemos com o monumento a D. Pedro, não trazemos um monumento brasileiro, focaremos na obra erguida em Viana do Castelo - Portugal.

Figura 3



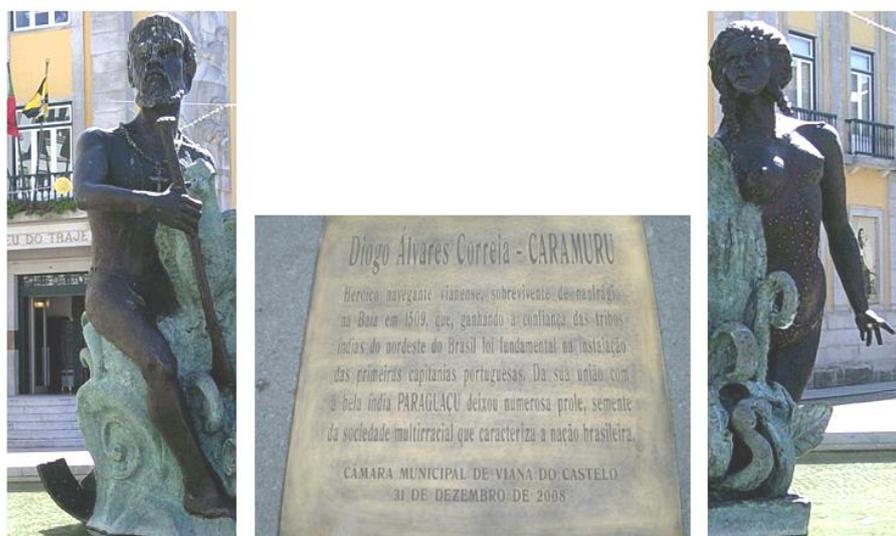
Fonte: <https://steemit.com/fazendohistoria/@martusamak/a-historia-de-caramuru>

A figura (3) extraída do site, acima, é da estátua a Caramuru, edificada na cidade de Viana do Castelo. Esta imagem se configura no espaço Português. A estátua de Caramuru, foi inaugurada em dezembro de 2008 pelo ex-autarca Defensor Moura, antecessor do atual presidente da Câmara, José Maria Costa, na altura vereador socialista, a mesma foi assentada na Praça da República, marco zero da cidade de Viana do Castelo em Portugal. Atualmente encontra-se no cais perto dos estaleiros navais. Com cinco

metros de altura e três de largura, reconhecemos Caramuru e a sua companheira ameríndia. A instalação da obra aconteceu no âmbito das comemorações dos 750 anos do foral de Viana do Castelo.

Inicialmente nos atentaremos para a descrição da cena enunciativa do texto, que se articula com a figura (4), nos serviremos, ainda, do recorte da imagem para melhor entender a cena enunciativa na sua relação com a enunciação:

Recorte (3a)



Na figura (3), a escultura foi destinada a homenagear o Caramuru, navegador natural de Viana do Castelo que naufragou no Brasil em 1508, foi encomendada pela Câmara de Viana ao mestre José Rodrigues. Durante os dez anos que esteve na praça Central de Viana do Castelo foi alvo de muita polémica, não o projeto arquitetónico, mas sim, pelo nu de Caramuru e de Catarina Paraguaçu. O texto realça estes dois grandes nomes recorrentes da historiografia, da literatura e do imaginário dos brasileiros, e que está sendo ressignificada em Portugal depois de tantos séculos.

Como nas demais construções imagéticas aqui trabalhadas a cena enunciativa da figura (4) está caracterizada por ter um al-x escultor que se constitui por uma enunciação que autoriza a realização da obra e que enuncia de um lugar constituído pelo alocutor al-estado, na perspectiva enunciativa de enunciador-universal e que, no caso da figura (3) enuncia para o at-povo português.

Uma questão a ter em conta é o político da língua, pelos nomes Diogo Álvares “Caramuru” e “Paraguaçu” Catarina Álvares Paraguaçu, este, dado pelo batismo, realizado em 30 de julho de 1528 em Saint-Malo, na França.

Observamos que no funcionamento da linguagem, identificamos através do verbal e o imagético, Caramuru e Catarina Paraguaçu, se instaura neste acontecimento, uma contradição mostrando o político presente no funcionamento da linguagem e que iremos entender melhor com o desenrolar das análises.

Diogo Álvares Correia, natural de Viana do Castelo, Portugal, o Caramuru, foi um dos primeiros habitantes caucasianos do Brasil aqui chegado, provavelmente, como náufrago no início da colonização portuguesa. Ele residiu na Bahia durante muitos anos, parte dos quais sem contato, ou com contato esporádico, com os portugueses. É possível que nessa época se tenha relacionado com corsários franceses que então rondavam as costas brasileiras.

Fato é que o nome “Caramuru”, e resumindo os dizeres de um jornal vianense²³, ganha protagonismo através do texto literário de Frei José de Santa Rita Durão que nos relata epopeia deste navegador português. O autor relata que no final da sua travessia marítima, perto da costa, uma grande tempestade se desencadeou e o seu barco afundou-se. Diogo Álvares e mais alguns marinheiros, atiraram-se à água para se salvarem, escapando e com ele, apenas mais seis. Logo ocorrem os índios à praia, curiosos para verem os portugueses onde se depararem com um, já morto, consequência de um ferimento na cabeça, e sendo canibais, sem demora o esquartejaram e devoraram, fazendo dos demais prisioneiros em uma gruta, e que segundo Santa Rita Durão (1781), em Poema Épico, CARAMURU:

Correm depois de crê-lo ao pasto horrendo;
E retalhando o corpo em mil pedaços,
Vai cada um famélico trazendo,
Qual um pé, qual a mão, qual outro os braços:
Outros da crua carne iam comendo;
Tanto na infame gula eram devassos:
Tais há, que as assam nos ardentes fossos,
Alguns torrando estão na chama os ossos.
(I, 18)

²³ Disponível em < <https://www.auroradolima.com/opiniaio/o-grande-caramuru/> >. Acesso: 03/10/2021.

Certo dia surge uma tribo rival, comandada por Sergipe, que os levou para o sertão baiano, e onde acabaram por morrer todos os companheiros de Diogo. Perante aquele prenúncio de morte, nosso ilustre vianense vestiu o que tinha resgatado dos despojos do naufrágio: escudo, cota, malha, capacete, espada, pólvora, espingardas e balas, vestido e armado, assusta os nativos comandados por Gupeva. Passa o tempo e o líder tribal e Diogo tornam-se amigos, este último convence as gentes de Gupeva a abandonar o canibalismo e durante uma caçada dispara a sua espingarda, além da ave atingida, Gupeva se prostra também e todos em uníssono gritam: Caramuru! Caramuru!

Estando a turba longe de cuidá-lo,
Fica o bárbaro ao golpe estremecido,
E cai por terra no tremendo abalo
Da chama, do fracasso, e do estampido:
Qual do hórrido trovão com raio, e estalo
Algum junto a quem cai, fica aturdido:
Tal Gupeva ficou, crendo formada
No arcabuz de Diogo uma trovoadas.
(I, 54)

Toda em terra prostrada exclama, e grita
A turba rude em mísero desmaio,
E faz o horror, que estúpida repita
Tupá, Caramuru, temendo um raio.
Pretendem ter por Deus, quando o permita,
O que estão vendo em pavoroso ensaio,
Entre horríveis trovões do márcio jogo,
Vomitam chamas, e abrasar com fogo.
(I, 55)

Desde esse dia é fama, que por nome
Do grão-Caramuru foi celebrado
O forte Diogo; e que escutado dome
Este apelido o Bárbaro espantado:
Indicava o Brasil no sobrenome,
Que era um dragão dos mares vomitado:
Nem doutra arte entre nós a antiga idade
Tem Jove, Apolo, e Marte por Deidade.
(I, 56)

Tomemos, por hora, o enunciado (que vimos acima e transcrevemos abaixo) grafado na placa que identifica a Estátua do Caramuru.

Diogo Álvares Correia – CARAMURU

Heróico navegante vianense, sobrevivente de naufrágio na Baía em 1509, que, ganhando a confiança das tribos índias do nordeste do Brasil foi fundamental na instalação das primeiras capitânias portuguesas. Da sua união com a bela índia

PARAGUAÇU deixou numerosa prole, semente da sociedade multirracial que caracteriza a nação brasileira.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

31 DE DEZEMBRO DE 2008

É possível observar, aqui, uma relação de articulação por dependência entre Diogo Álvares Correia e Caramuru. Contudo há uma reescrituração nesta articulação em que Caramuru reescreve por substituição Diogo Álvares Correia especificando-o como o Caramuru.

Caramuru é por sua vez reescriturado por expansão pelo texto que diz o nome da estátua. Caramuru, é assim, reescriturado por expansão na enumeração por: Heróico navegante vianense/sobrevivente de naufrágio na Baía em 1509/fundamental na instalação das primeiras capitânicas portuguesas. Estes enunciados determinam os sentidos de Caramuru numa relação de articulação por coordenação especificando Caramuru/Diogo Álvares Correia.

Assim, nestas relações constitutivas do sentido de Caramuru, observa-se o funcionamento de elementos de língua indígena tupi no espaço de enunciação do português de Portugal que atesta, por um lado, a diversidade do espaço de enunciação do português brasileiro e a movimentação do espaço de enunciação nestas relações globais/imperiais entre metrópole e colônia; por outro lado, atesta o litígio na distribuição de línguas e falantes no próprio espaço de enunciação do português de Portugal no qual entram elementos de língua indígena no léxico do português metropolitano.

Verifica-se, de igual forma, no acontecimento acima que existe uma relação de disputa entre palavras e línguas. Quais sentidos são produzidos pelo acontecimento de renomeação?

Os nativos sul-americanos chamaram Diogo Álvares Correa, que se casou com a índia Paraguaçu, de Caramuru. Neste acontecimento de enunciação temos aqui funcionando o político da linguagem, que segundo Guimarães é,

a relação entre a língua e o falante, pois só há línguas porque há falantes e só há falantes porque há línguas. E esta relação não pode ser tomada como uma relação empírica. Por exemplo, no Brasil se fala Português, na França, Francês etc. Ou ainda, no Paraguai se falam o Espanhol e o Guaraní. Esta relação entre falantes e línguas interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político. (GUIMARÃES, 2003, p.22).

Pois, para Guimarães (2007), o espaço de enunciação é “decisivo para se tomar a enunciação como uma prática política”, que ao falar é tomar a palavra num espaço dividido de falantes e línguas. Assim, o espaço de enunciação configurado neste acontecimento está marcado por essa disputa de falantes e línguas. Observa-se que ao funcionarem os nomes Caramuru e Paraguaçu no acontecimento que diz na estátua no espaço de enunciação do português de Portugal, há a instalação de uma disputa pela qual a língua tupi funciona neste espaço, significando dois personagens da história.

É interessante observar o que este acontecimento traz para nossas considerações, em primeiro lugar, o movimento da configuração do espaço de enunciação do português de Portugal no qual funciona a língua indígena tupi; em segundo lugar, este acontecimento atesta por si a diversidade das línguas no espaço de enunciação do português brasileiro que tem/tinha, já nesse momento, a língua portuguesa como língua oficial do Império. Ou seja, no Brasil, Caramuru significa esta diversidade e esta disputa entre línguas indígenas e o português; por sua vez, em Portugal, os nomes Caramuru e Paraguaçu significam por uma história enunciativa particular do funcionamento destes nomes.

Verificamos neste acontecimento um nome: Diogo Álvares Correa que, para melhor entendimento, precisamos diferenciar e especificar a designação e a referência. Para a Semântica do Acontecimento, designação é aquilo que o nome significa no acontecimento, conforme Guimarães (2002, 2007), é uma relação linguística de sentido enquanto exposta ao real, assim dizendo, enquanto uma relação linguística tomada na história. A designação é produzida no acontecimento pelo processo enunciativo. Em Guimarães (2002, p. 9) a referência é compreendida como a “particularização de algo, em certas condições”, enquanto a designação é o modo pelo qual o real é significado na linguagem. O autor (idem: 42),

A capacidade referencial não é assim o fundamento do funcionamento do nome próprio. A referência resulta do sentido do nome constituído por seu funcionamento no acontecimento enunciativo. Quando um nome próprio funciona, ele recorta um memorável que enquanto passado próprio da temporalidade do acontecimento relaciona um nome a uma pessoa. Não é um sujeito que nomeia, ou refere, nem uma expressão, mas o acontecimento, exatamente porque ele constitui seu próprio passado. (GUIMARÃES, 2002, p.42).

Deste modo, neste presente acontecimento, verificamos que a unidade de análise é o acontecimento enunciativo em que o nome Caramuru tem sua designação na língua indígena.

Ao enunciar Caramuru constroem-se possibilidades de enunciações futuras, que significam Caramuru pelo funcionamento enunciativo da cena enunciativa, em que o at-escultor, afetado pelo dizer do al-estado (Viana do Castelo) passa a significar em Portugal, o “heroico navegante vianense, sobrevivente de naufrágio na Baía em 1509, que ganhando a confiança das tribos índias do nordeste do Brasil foi fundamental na instalação das primeiras capitânias portuguesas”. Assim, vemos que o funcionamento da linguagem promove o sentido de Caramuru através da inauguração da estátua para a sociedade vianense com o propósito de difundir os feitos do grande homenageado português pelo al-estado. Dizemos, então, que existe uma operação de predicação e, no caso, temos a seguinte paráfrase:

- ✓ Caramuru é um heroico navegante vianense, sobrevivente do naufrágio na Baía em 1509, que, ganhando a confiança das tribos nativas do nordeste do Brasil, se tornou fundamental para a instalação das primeiras capitânias portuguesas.

Desta forma, o evento: edificação da obra em Viana do Castelo, no presente do acontecimento, abre pela sua temporalidade a latência de futuridade, uma possibilidade de novas enunciações de sentidos a Caramuru. Vale a pena ressaltar, que a designação Caramuru foi utilizada pela primeira vez depois de Diogo Álvares ter sido renomeado pelos nativos, e quem enunciou a ressignificação foi o padre Gabriel Soares de Souza, em um Frontispício da edição de 1831 do Tratado Descritivo do Brasil ou Notícia do Brasil de 1587, este é o mais antigo relato conhecido que faz menção a Caramuru; depois, surge em um enredo cujo nosso protagonista é o donatário²⁴ inaugural da Bahia, de Francisco Pereira Coutinho e, em 1663, publica-se, em Lisboa, a Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil, do padre jesuíta Simão de Vasconcellos, "Breve história notável do celebrado Diogo Álvares".

Por fim, e talvez a de maior relevância, foi a publicação do final do século XVIII onde Caramuru ganhou estatuto e popularidade pela pena de José de Santa Rita Durão (como mencionamos atrás), brasileiro educado e residente em Portugal, dele nasce o longo poema épico (Lisboa, 1781) e que alguns trechos apresentamos neste trabalho: “Caramuru” que, à época, mereceu por parte da crítica uma pouca acolhida, vindo o sucesso da obra se construindo ao longo do tempo, conquistando público e admiradores.

²⁴ Designação da pessoa que, durante a colonização do Brasil, aceitava um campo ou um terreno para habitar, cultivar e gerenciar. Disponível em <<https://www.lexico.pt/donatario/>>. Acesso: 03/10/2021.

No arcabuz de Diogo uma trovoadas.

(I, 54)

Toda em terra prostrada exclama, e grita
A turba rude em mísero desmaio,
E faz o horror, que estúpida repita
Tupá, Caramuru, temendo um raio.
Pretendem ter por Deus, quando o permita,
O que estão vendo em pavoroso ensaio,
Entre horríveis trovões do márcio jogo,
Vomitar chamas, e abrasar com fogo.

(I, 55)

Desde esse dia é fama, que por nome
Do grão-Caramuru foi celebrado
O forte Diogo; e que escutado dome
Este apelido o Bárbaro espantado:
Indicava o Brasil no sobrenome,
Que era um dragão dos mares vomitado:
Nem doutra arte entre nós a antiga idade
Tem Jove, Apolo, e Marte por Deidade.

(I, 56)

Diogo Álvares ao ser renomeado por Caramuru, na língua tupi, com as várias significações que lhe podem ser atribuídas, e segundo o *Dicionário de Palavras Brasileiras de Origem Indígena*²⁵, Caramuru é do Tupi guarani: cará = o branco; muru = o poder. Peixe teleóstéo, ápode, muraenídeo, marinho. Podemos assim, dizer que estas designações determinam o sentido de Caramuru. Temos uma reescrituação por expansão/totalização. Pois, segundo Guimarães (2009), a:

[...] reescrituração, tanto reescrituração por expansão enumerativa quanto enumeração reescrita por totalização. Tal como conceituamos, a reescrituração é uma relação simétrica. Assim se *a* reescreve *b* então *b* reescreve *a*. Desse modo o efeito da expansão enumerativa ou da totalização de uma enumeração aparece como sentidos que se devem ao fato de que na expansão enumerativa a enumeração vem depois e na totalização a enumeração vem antes. Esses sentidos, então, têm a ver com o acontecimento da enunciação e não com uma relação todo/parte estabelecida por antecedência entre os termos que constituem uma enumeração. (GUIMARÃES, 2009, p.67).

Assim, a reescrituação por expansão está totalizando as “designações” atribuídas a Caramuru, mostrando que: “cará = o branco; muru = o poder. Peixe teleóstéo, ápode, muraenídeo, marinho” é que dão sentido à condensação Caramuru. Verifica-se que as designações se reescrevem por condensação em Caramuru. Isto mostra que o dicionário

²⁵ Disponível em <<https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/caramuru/>>. Acesso: 03/10/2021.

e suas definições, por si só, não funcionam como memorável ou como algo que nos apresente os sentidos da palavra.

Convém salientar que Caramuru, no recorte que nos propomos a trabalhar, não significa da mesma forma, vejamos: logo depois do poema épico de Santa Rita Durão, surgiram outras aparições de Caramuru, uma delas, a história de Jabotão e, mais tarde, a prosa seca e científica do historiador Varnhagen, temos ainda, a carnavalização do Caramuru e, em 2008, a inauguração da estátua na praça central de Viana de Castelo em Portugal, uma obra contemporânea.

O nome Caramuru recorta como memorável enunciações em uma língua indígena, e observa-se, com isso, que o nome tem sua história de enunciação e significa para as sociedades lusa e brasileira. Dizemos, desta maneira, que o sentido de uma palavra não é imediato e nem mesmo solidificado como algo que se estabiliza na história, vai se constituindo a partir da forma como se relaciona com as outras e com seus falantes, assim, os sentidos do dizer se constituem historicamente. À palavra, não a podemos isolar semanticamente, devemos entender qual a forma de seus sentidos e como podem, ou não, serem outros. É necessário, de igual maneira, compreender como ela se ressignifica através da forma como se estabelece nas relações enunciativas.

Reza a história que Caramuru deixou descendência, seja das "muitas mulheres" indígenas que lhe atribuem certos cronistas, seja da índia Paraguaçu, filha de um grande guerreiro e chefe tupinambá da Bahia, com quem teve descendência, que casaram e lhe deram netos. Algumas fontes relatam uma viagem de Caramuru e Paraguaçu à França, em um pavilhão francês que aportara às costas brasileiras durante o reinado de Henrique II e Catarina de Médicis, consta que aí, Paraguaçu foi batizada como Catarina, homenageando a rainha dos franceses, para outros, a Catarina de Portugal.

De volta à Bahia as autoridades civis portuguesas como o donatário Francisco Pereira Coutinho, o primeiro governador-geral Tomé de Souza e o jesuíta Manuel da Nóbrega se serviram de Diogo Álvares para obterem informações sobre a terra, as gentes do lugar, além de serviços ligados à língua: intérprete e mediador, em questões relacionadas com os nativos.

Observa-se que Paraguaçu ao ser renomeada pelo batismo, fez o inverso de Caramuru. Temos uma nativa sul-americana sendo renomeada no continente Europeu. Desse modo, vê-se um recorte do memorável da cultura nativa ameríndia funcionando na cultura europeia. Ao ser renomeada como Catarina Álvares Paraguaçu, temos, uma vez mais, o funcionamento do político, "Catarina Álvares" nome de origem europeia e

“Paraguaçu” de origem sul-americana. Percebe-se a disputa entre as línguas num mesmo espaço de enunciação do Português de Portugal. Assim, os sentidos que permeiam esta placa da estátua se dão na disputa de línguas e falantes em um espaço de enunciação do Português de Portugal. Observamos a partir do imagético de “Caramuru e da Paraguaçu mais o enunciado na placa da estátua que a obra, como um todo, está significando nos acontecimentos da enunciação na relação que se dá entre as línguas no espaço de enunciação que, segundo Guimarães (2002, p. 16), “o homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada” então, dizemos que o funcionamento de linguagem se dá no espaço de enunciação e é um acontecimento político.

A título de conclusão de análise da estátua a Caramuru, dizemos que: a estátua se compõe pela articulação de dois elementos distintos que significam quando tomados conjuntamente: uma estátua e seus enunciados que dizem sobre ela, ou seja, um imagético e um enunciado que se revela de extrema importância para a produção de sentidos da estátua, vejamos, no imagético, de maior relevância, vemos:

- ✓ Dois corpos nus onde no masculino se identifica a cruz ao peito e a barba.
No feminino, uma mulher com longos cabelos.

Logo, temos uma estátua que refere dois seres humanos juntos, um homem e uma mulher, onde a cruz recorta o memorável da igreja e a barba determina a origem de um humano caucasiano acompanhado de uma mulher.

No verbal, de maior relevância, lemos:

- ✓ Caramuru [...] naufrágio na Baía [...] tribos índias do nordeste do Brasil [...].
índia Paraguaçu[...] sociedade multirracial que caracteriza a nação brasileira.

Assim, podemos dizer que o imagético funciona, produz sentido, através de uma articulação por dependência que se dá quando o nu, junto com os enunciados Caramuru e Paraguaçu recortam o memorável, por sua consistência, de povos nativos não europeus, e os nomes: tribos e Brasil fornecem a sustentação que falamos da América do Sul em época de colonização, a cruz e a barba no corpo masculino apresentam a história de colonização contada por Santa Rita Durão. É-nos possível observar o funcionamento do scriptovisual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho propusemos analisar os sentidos produzidos pela relação verbal/imagética através das estátuas de D. Pedro IV e D. Pedro I e Caramuru, esta última teve como foco a disputa entre línguas e falantes. Observamos a constituição desses sentidos e a construção de significados em acontecimentos enunciativos que surgem nos recortes analisados em que, também, pudemos verificar o memorável inscrito no acontecimento enunciativo de cada espaço de enunciação.

Nos recortes que compuseram o nosso *corpus* buscamos identificar e compreender a relação entre enunciado e o imagético, que juntos formam as estátuas componentes da estatuária urbana, que não são todas as estátuas, podem não fazer parte desta designação uma estátua decorativa do quintal, de adorno na sala etc. Desvelamos, de igual forma, que a estatuária urbana permite recordar eventos e ou feitos memoráveis constituintes de determinada sociedade.

Compreendemos, ainda, que são as relações entre o verbal e o imagético, que nós chamamos de scriptovisual, o que permite a produção de sentido pela e através da sua própria historicidade que é “determinada pelas condições sociais de sua existência” (GUIMARÃES, 1995, p.66). No conjunto, o scriptovisual significa nos espaços enunciativos através de uma memória, já que as cenas enunciativas são tomadas por um memorável.

Também não podemos deixar de ressaltar que os enunciados, que aqui significam, estão tomados pelo dizer, já que fazem alusão ao já dito sobre eles. Estas relações de sentidos que perpassam os espaços enunciativos, de alguma maneira, já são políticos, tratando desta forma, de uma característica própria do acontecimento enunciativo.

Portanto, concluímos que as estátuas constituintes da estatuária urbana, na sua relação scriptovisual visam sustentar uma posição de sentidos no e pelo funcionamento de linguagem com pretensão de difundir feitos ao seu al-sociedade. Desta forma, acreditamos que este trabalho permite-nos concluir que o imagético se dá enquanto a possibilidade de dizer sobre componentes artísticos/arquitetônicos que constituem a estatuária urbana e que estas possibilidades são um reflexo de sentidos constituintes de determinado sujeito tomado pela língua, que só se confirma pelo acontecimento enunciativo (enunciado) criando, assim, uma trama semântica que se

articula por incidência entre o acontecimento e o evento que, por agora, chamamos de relação scriptovisual, talvez (futuramente) possamos chamar de articulação scriptovisual.

As análises dos recortes do nosso *corpus* serviram-nos para observar e praticar o funcionamento da argumentatividade como parte da sistematicidade da língua. Os sentidos da argumentação constituintes do funcionamento da linguagem deste texto, bem como, nas obras que compõem o nosso *corpus* não foram de persuasão, mas sim o de sustentar a nossa proposta: as relações/articulações scriptovisuais.

As relações/articulações scriptovisuais que integram cada elemento da estatuária urbana nos valeram para mostrar que, esses conjuntos artístico/arquitetônicos, não são simplesmente obras de arte que estão assentadas em determinado lugar físico, elas argumentam em favor da sociedade em que estão inseridas, preservando, apresentando e possibilitando outras enunciações.

REFERÊNCIAS

Brito e Silva, disponível em: <<http://www.britoecunha.com/estaacutetua-d-pedro-iv.html>> Acesso em: 05/08/2020.

DURÃO, Frei José de Santa Rita. **Caramuru - Poema épico do descobrimento da Bahia**. 13 ed. 1781, B. L. Garnier, Rio de Janeiro 1845.

DIAS, L. F. **Enunciação e Relações Linguísticas**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os Limites dos sentidos**. Pontes. Campinas, 1995.

_____. **Semântica do Acontecimento**. Campinas-SP: Pontes. 2002.

_____. A Marca do Nome. **Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUDECRI**. Campinas, SP. n. 9, 2003.

_____. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas-SP: Pontes. 2005.

_____. Semântica e Pragmática. In: **Introdução Às Ciências da Linguagem: A Palavra e a Frase**. Campinas, SP: Editora Pontes, 2006.

_____. **A palavra: Forma e Sentido**. Pontes. Campinas, 2007.

_____. Um contra argumento delocutivo: 'Fala sério!'. **Línguas & Letras (UNIOESTE)**, v. 9, p. 85-102, 2008.

_____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 51, n. 1, p. 49-68, 2009.

_____. **Análise de texto: procedimentos, análises, ensino**. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

_____. **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. 4 ed. Campinas-SP: Pontes. 2017.

_____. **Semântica: Enunciação e Sentido**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2018.

KARIM, TaisirMahmudo. Dois nomes dois destinos. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Pontes, Campinas-SP, 2003.

_____. Um contra argumento delocutivo: 'Fala sério!'. **Línguas & Letras (UNIOESTE)**, v. 9, p. 85-102, 2008.

_____. Brasil Colônia/Império: da ocupação à fundação do território da Capitania Minas do Cuyabá/Mato Grosso – um estudo semântico enunciativo. In: KARIM, T. M. [et al.], (Orgs.). **Linguagem e Interpretação - A Institucionalização dos dizeres na História**. Editora RG, Campinas – SP, 2013.

KARIM, Taisir. M.; ALVARES, Lucas; DALLA PRIA, Albano. O *frisson* da bailarina: o funcionamento semântico enunciativo do nome baderna. **Revista Traços de linguagem**, Cáceres, MT, V.03 N. 02: 2019.

LARA, F. C.; KARIM, Taisir Mahmudo. Os ícones americanos na campanha do ensino de língua inglesa numa perspectiva enunciativa. **Traços de Linguagem - Revista de estudos linguísticos**, v. 3, p. 65-74, 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA, Digital livro, CARAMURU. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/caramuru.pdf> Acesso em: 05/11/2019.

SALVADOR, Frei Vicente. "História do Brasil - 1500-1627", in Anais da **Biblioteca Nacional**, vol. 13. Rio de Janeiro, 1889.

SOARES, A. P. Gil. **Representações Linguísticas e Semióticas na Estatuária Urbana Europeia**. (Tese de Doutorado. Linguística Geral). Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Porto, Portugal, 2009.

_____. **A estatuária e a escultura figurativa urbana. Conceptualização de estatuária no espaço urbano**. (Faculdade de Letras Pós-doutoramento em Estudos Artísticos e Estudos de Cultura). Universidade de Lisboa, Portugal, 2012.

STEEMIT. Disponível em; <https://steemit.com/fazendohistoria/@martusamak/a-historia-de-caramuru> . Acesso em 05/09/2019

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. 1848. "O Caramuru perante a História", in **Revista Trimestral de História e Geographia** ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo 10, 2º trimestre, p. 129-152.

SZUBRIS, E. B. **Nomes de Origem Indígena em Formações Nominais de Cidades de Mato Grosso: Perspectivações de Sentidos**. (Tese/Doutorado) – Curso de Pósgraduação Stricto Sensu em Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Campus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2022.

ANEXOS

Anexo 1

Fonte: <http://www.britoecunha.com/estaacutetua-d-pedro-iv.html>

Anexo 2

Fonte: <https://diariodorio.com/histria-da-estua-de-dom-pedro-i-na-praa-tiradentes/>

Anexo 3

Fonte: <https://steemit.com/fazendohistoria/@martusamak/a-historia-de-caramuru>